CORREIO REAL 24

Boletim da Causa Real produzido pela Real Associação de Lisboa

NOVEMBRO 2021

ENSAIO

Monarquia portuguesa e constituição: a propósito de algumas (re)leituras recentes

por Pedro Velez

FOTOGRAFIA ©Nuno Albuquerque

O caso da Coroa Romena:

uma instituição viva - no Estado, no país e na sociedade

por Loan-Luca Vlad

ENTREVISTA

Jaime Nogueira Pinto

"Conheci e conheço presidentes e dirigentes militares e civis dos PALOP. Sempre me respeitaram e nunca tive de meter no bolso o meu passado e as minhas ideias, que conheciam sobejamente".

EDITORIAL

NOTA DE EDITOR

O fenómeno de afirmação da coroa romena (ver artigo das páginas 10 a 12), pairando acima do regime que nos anos 90, com várias nuances e progressivamente ocidentalizado, substituiu a tirânica ditadura comunista de Ceaușescu, deveria fazer-nos pensar. O carismático Rei Miguel, expulso da sua pátria em 1947 pelo governo pró-soviético teve um papel fundamental para que tal acontecesse. Autorizado a voltar à Roménia em 1992, só em 1997 recuperou a cidadania romena que lhe havia sido retirada pelos comunistas. O sucesso do seu regresso culmina em 2011 quando foi convidado a discursar na abertura do parlamento romeno instituído pela constituição republicana de 1991. Reduzindo progressivamente a intensa vida pública por causa da sua idade avançada, o Rei Miguel teve sempre o apoio da Princesa Margareta que com ele palmilhou o caminho de reafirmação institucional da Casa Real Romena. Hoje ela é reconhecida como elemento agregador da nação, fruto da incansável dedicação ao seu povo, expresso através da constante presença no meio da população e no apoio às comunidades. Nesse sentido, como reconhecimento inequívoco da sua relevância pelo Estado, foi devolvido à Família Real o Palácio Elisabeta, sua residência oficial em Bucareste. A administração da Coroa Romena radica numa associação reconhecida pelo Estado como de "utilidade pública", sustentada pelo movimento monárquico, que reúne muitos voluntários e militantes dedicados ao apoio à Família Real na gestão do património que lhe foi outorgado e na organização das diversas vertentes da sua agenda. Esta organização, apesar de incluir vários políticos no activo, assume-se inteiramente avessa à política, totalmente "independente das modas e paixões políticas do tempo". Foi sob esta estratégia que a Roménia recuperou a Coroa Real para o seu brasão de armas.

Salvaguardadas as devidas distâncias e contextos, esta história de sucesso remete-nos para a reflexão sobre as dificuldades com que o nosso movimento toda a vida se deparou, principalmente por causa das diferentes sensibilidades monárquicas que sempre se digladiaram, e com especial intensidade a partir do dia 6 de Outubro de 1910, quando a unidade se tornava um imperativo. Uma coisa parece-me certa: o sucesso da Causa Real (uma corrida de fundo em que temos de saber perseverar) depende fundamentalmente de dois factores. O primeiro é o da existência e cooperação de uma Casa Real inquestionável – privilégio de que usufruímos - e, em segundo lugar, conseguirmos fazer do nosso movimento uma casa comum e acolhedora de diferentes correntes de pensamento e sensibilidades, todas elas legítimas, sempre com total liberdade de debate, sem tentações de sobreposição ou de hegemonias. Sem isso, arriscamo-nos a ser vistos como um partido político com uma agenda ideológica, campo sobejamente ocupado e onde não traríamos nada de diferenciador, tornando-nos então irremediavelmente irrelevantes.

Arriscamo-nos a sermos vistos como um partido político com uma agenda ideológica, campo sobejamente ocupado e onde não traríamos nada de diferenciador, tornando-nos então irremediavelmente irrelevantes.

João Távora,
Director e presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa

O Correio Real é o boletim Monárquico da Causa Real produzido pela Real Associação de Lisboa

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto.
1200-243 Lisboa

Atendimento de segunda a sexta-feira, das 11 às 14 horas

Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702

Email: secretariado@reallisboa.pt

Todos os números do boletim em pdf em: www.reallisboa.pt

Real Associação de Lisboa

Fotografia de capa: Nuno Albuquerque

Correio Real

Direcção e coordenação: João Távora

Redacção: João Vacas, João Távora, Pedro Velez, Carlota Cambournac (revisão final)

Design e edição: Ana Olivença

Produção: Sinapse Media

Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo

2250 exemplares

Isenta de Inscrição na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho, artigo 12º, nº1, alínea a)

EDITORIAL

Teresa Côrte-Real
Presidente da Causa Real

CAUSA REAL
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

Este número do Correio Real irá ser lançado num momento especialmente importante para todos nós portugueses. É que relembrar o dia 1 de Dezembro de 1640 nos deve fazer refletir sobre as obrigações que nós todos temos perante o país e como reagimos quando os seus interesses fundamentais estão em jogo.

Se naquele dia se recuperou a independência face ao domínio espanhol, numa luta que duraria ainda 29 anos a ser concluída, hoje temos pela frente uma batalha talvez ainda mais difícil e desafiante: a da identidade nacional e a da necessidade de construção em vários domínios de uma reserva nacional que nos salvaguarde e torne menos dependentes do exterior, nomeadamente em fases críticas como a que atravessamos. O último ano e meio foi bem demonstrativo disso mesmo.

A da identidade nacional, pelas tentativas de criminalização da história de Portugal e da nossa memória colectiva a que vimos a assistir nos últimos anos sem que tal seja verdadeiramente combatido pelos nossos responsáveis políticos e pelo problema grave relativamente às questões demográficas para as quais não existe uma estratégia nacional; a da construção de uma reserva nacional quanto a matérias-primas e subsidiárias que preserve a nossa sustentabilidade enquanto nação independente e que garanta o bem estar das populações.

Acredito que uma visão monárquica e, por isso, transgeracional e de serviço nos ajudará a sermos todos mais activos e mais conscientes do papel de motor da mudança que tem que existir e assim demonstrar também a mais-valia que uma chefia de estado real traria a Portugal no século XXI.

Acredito que uma visão monárquica e por isso transgeracional e de serviço nos ajudará a sermos todos mais activos e mais conscientes do papel de motor da mudança que tem que existir

Por outro, também por tudo isto e olhando para o que se passa na União Europeia, voltamos a 1640 e a uma palavra-chave: soberania. Uma grande Europa cada vez mais federalista onde a vontade individual dos Estados membros vai perdendo gradualmente importância a troco de um projecto global ou uma Europa das Nações com limites na cedência de soberania e com base em instituições nacionais democraticamente eleitas que defendam a autonomia de cada um, cooperando entre si e que preservem e salvaguardem as raízes identitárias de cada um. Até onde irá esta Europa e onde nos queremos posicionar? Que papel teremos como ponte relativamente ao Atlântico Sul e aos países de língua oficial portuguesa? Talvez seja essa reflexão e posterior tomada de acção a melhor forma de agradecer a quem em tantos séculos de História nos garantiu, uma e outra vez, a nossa independência.

24 ÍNDICE

4 OPINIÃO E DEBATE
. O exercício essencial do Rei na democracia espanhola | **Amalio de Marichalar**
. Regresso à Sildávia | **João Vacas**

8 ENSAIO
. Monarquia portuguesa e constituição

10 DOSSIER
• A Coroa Romena: uma instituição viva | **Loan-Luca Vlad**

14 ENTREVISTA
• Jaime Nogueira Pinto | **João Távora**

20 NOTICIÁRIO
. Juventude Monárquica Portuguesa elege nova Direcção
. Um 5 de Outubro alternativo
. Homenagem a Paiva Couceiro
. Lançamento livro Tomás Moreira
. Entrega do Prémio Ribeiro Telles 2021

30 NOTÍCIAS DA CASA REAL PORTGUESA
. Visita Oficial de SAR o Duque de Bragança à Alemanha
. Ordem de S. Miguel da Ala no Jubileu dos 850 anos da sua fundação

34 BIBLIOTECA
. As Infantas Bragança e a sua Descendência
| **Dativo Salvia y Ocaña**

O PAPEL ESSENCIAL DO REI NA DEMOCRACIA

AMALIO DE MARICHALAR
CONDE DE RIPALDA

Estes são tempos turbulentos em Espanha, mas a nossa história e a força da nação, enquanto conjunto do povo espanhol, permitir-nos-ão sair deste período de incerteza e desconfiança. Gostaria de começar por agradecer a tantos amigos em Portugal, e à grande nação portuguesa, pelo seu apoio permanente a Espanha, e por esta oportunidade de expressar em breves linhas o significado da monarquia em Espanha e o papel essencial do Rei.

Espanha e Portugal descobriram o novo mundo com uma visão tão importante que, após vários séculos, estamos unidos por valores essenciais; e, se possível, ainda mais fortemente unidos, na descoberta de um novo mundo, o mundo de hoje, que deve ser tornado forte e seguro graças aos princípios e valores imperecíveis que partilhamos e que estão tão profundamente enraizados no nosso ser e na nossa cultura.

Sua Majestade Felipe VI é, portanto, um exemplo de coragem admirável e um braço firme para manter seguro o leme da navegação espanhola, acima das tempestades que a assolaram, muitas delas de natureza miserável, como as descritas acima, e conta com o povo espanhol que o apoia e admira.

Há mais de quarenta anos, a Espanha foi capaz de dar um novo impulso à sua história, após décadas de turbulência, que foram ultrapassadas com uma reconciliação exemplar e uma transição modelar para a democracia, lideradas pelo rei Juan Carlos I. Estas constituem um marco transcendental na nossa história e um legado único que devemos saber preservar como a um tesouro, sendo reconhecidas como tal também ao nível das democracias mais importantes do Ocidente.

O salto da Espanha para o seu legítimo lugar na cena mundial e este reconhecimento são valores da mais alta e excepcional importância. Exemplo de transição para a democracia em tantos países da área de influência de Espanha, como temos testemunhado nas últimas décadas. Este grande legado, o qual, repito, devemos preservar muito bem, nunca teria sido possível sem a visão, sacrifício, renúncia e compromisso do Rei Juan Carlos I, que deu a todos os espanhóis uma Constituição que acolhe a todos e é um exemplo de coexistência em paz e democracia, há muito desejadas por todos, independentemente das suas ideias.

Hoje, os destinos da Chefia do Estado são regidos por Sua Majestade Felipe VI que, como afirma a Constituição espanhola, "O Rei é o Chefe de Estado, símbolo da sua unidade e permanência, arbitra e modera o funcionamento regular das instituições, assume a mais alta representação do Estado espanhol".

Espanha é uma monarquia parlamentar e o Rei é aquele que representa a unidade de Espanha, como vimos. Mas, antes da Constituição, temos uma história longa de séculos, onde a monarquia foi a que amalgamou a evolução de uma nação como a espanhola que é a mais antiga da Europa juntamente com a portuguesa. As nossas duas nações, como diz com razão o Presidente da Academia Portuguesa de História, têm o seu passado mais

remoto e berço primordial em Numancia, origem e paradigma da liberdade da Europa e, portanto, do mundo.

A Espanha deve a sua história aos seus reis, o facto de ter difundido uma língua universal, uma cultura baseada em princípios humanistas inspiradores dos direitos humanos, e ter evangelizado metade do mundo. Além disso, a Europa deve-lhes a capacidade de manter a nossa civilização cristã e, portanto, ocidental ao longo dos séculos. Por esta razão a Espanha e os seus reis formam uma unidade e são uma base fundamental, antes de qualquer constituição, para que possamos também compreender em profundidade porque é que a Espanha é aquela nação histórica que tem sido a força motriz por detrás de muitos dos avanços mais importantes do mundo.

A Espanha deve a sua história aos seus reis, o facto de ter difundido uma língua universal, uma cultura baseada em princípios humanistas inspiradores dos direitos humanos, e ter evangelizado metade do mundo.

Sendo tudo isto assim, é possível compreender de forma cristalina porque é que a monarquia e os seus reis são agora também a cabeça da nossa constituição e a pedra angular do nosso Estado de direito e da nossa democracia.

Sua Majestade o Rei Felipe VI é o Chefe de Estado, e lidera o curso da Espanha, sendo herdeiro do e legitimado com o legado de séculos a que me referi, e que a Constituição também lhe concede, acima das vicissitudes do momento presente. Com dor enquanto espanhol, devo dizer que o Governo não está a cumprir o seu mandato constitucional e as suas obrigações ao não respeitar a figura do Rei. Mas também não respeita várias outras instituições-chave da nação, destacando-se, de entre elas, a falta de respeito para com o poder judicial e para com a divisão de poderes, como infelizmente podemos constatar em Espanha e observar no resto da Europa todos os dias.

Há mais de quarenta anos, a Espanha foi capaz de dar um novo impulso à sua história, após décadas de turbulência, que foram ultrapassadas com uma reconciliação exemplar e uma transição modelar para a democracia, lideradas pelo rei Juan Carlos I.

Assim sendo, a figura do Rei é admirada e respeitada pelos espanhóis que, por sua vez, respeitam e cumprem a constituição e a lei. E não apenas isso, porque o Rei proporciona um manto sólido de segurança e de abrigo a todos os espanhóis, e, em alguns momentos muito delicados, realiza o exercício, necessário e firme, de exigência do cumprimento da ordem constitucional; como vimos com o seu memorável discurso antes do golpe de estado que as próprias instituições catalãs, que devem aquilo que são à constituição, estavam a perpetrar.

Sua Majestade Felipe VI é, portanto, um exemplo de coragem admirável e um braço firme para manter seguro o leme da navegação espanhola, acima das tempestades que a assolaram, muitas delas de natureza miserável, como as descritas acima, e conta com o povo espanhol que o apoia e admira.

Em Espanha, o Rei representa a unidade, mas não apenas isso, ainda que isso seja essencial. Representa a defesa das instituições, a divisão de poderes e o Estado de direito; representa os sentimentos e o bater do coração de um povo que quer viver em liberdade, paz e democracia, que quer e cumpre a constituição e a lei; representa o encorajamento, a ajuda, e uma voz nobre e amiga para aqueles que mais precisam; representa a confiança e a verdade, valores transcendentais para conduzir uma nação, mesmo que os seus governos centrais ou autónomos hoje não estejam à altura da tarefa.

O Rei representa os princípios e valores imutáveis e imperecíveis de uma nação, sobre os quais esta deve inquestionavelmente basear o seu progresso, e a mão segura e firme para fortalecer e nunca quebrar a dignidade, honra, coexistência, igualdade, paz, justiça, verdade, confiança, comunhão de esforços e liberdade, que são os alicerces e pilares essenciais da democracia.

Madrid, Novembro de 2021

Sobre o autor:
Amalio de Marichalar
Conde de Ripalda

Empresário e Presidente do Foro Soria 21 para o Desenvolvimiento Sustentável.
Membro do board da European Environment Foundation e Professor da Sociedad de "Estudios Internacionales SEI". Articulista e colaborador no jornal "la Razón de Castilla y León"e otras publicações como "Vida Económica" de Portugal.
Participante desde 2002 nas Conferencias da ONU de Desenvolvimento sustentável e alteração climática e promotor da candidatura do sítio arqueológico de Numancia, como Monumento Património Mundial da Humanidade.

Tradução – Francisco Lobo de Vasconcellos

Fotos - Wikipédia

PORQUE NÃO SOU ROIALISTA E SOU MONÁRQUICO

ÁLVARO MENESES*

Afirmo que sou Monárquico. Sou-o há mais de 50 anos, metade dos quais empenhando-me activamente, de alma e coração, em defesa da Monarquia e do Rei. Considero a República um erro histórico para Portugal. Instalada pelo assassinato do rei e imposta pela força, deu origem a um período em que dominou a violência e a anarquia, só travado pelo peso da ditadura do Estado Novo. Foi necessário quase meio século para se repor a Democracia, assistindo-se desde então à perda progressiva da Soberania do nosso País. Em 111 anos, a República nunca conseguiu provar ser um regime melhor. Não concebo que a restauração da Monarquia possa consistir apenas na mudança do Chefe de Estado de presidente para rei. Pergunto se faria sentido o Rei num regime adverso aos princípios e valores implícitos na Monarquia – a Família Tradicional, a Hereditariedade, a Moral, a dimensão do Sagrado? Sobreviria, o rei, ao total laicismo do Estado? Ao igualitarismo absoluto? Poderia pactuar com um regime que tem maltratado a História pátria e levado ao definhar de Portugal por perda de Património e de Soberania? Quero deixar claro que reconheço que em Monarquia não há um regime único e imutável. O regime vai-se mudando conforme as exigências de cada época e segundo as escolhas do Povo. O Rei não é um ditador. Ouve a Nação. O Rei é, por si mesmo, um pilar da Democracia, pois é independente e está por cima da discussão de regimes. Sendo estável, permite a Liberdade e, incorporando na sua pessoa a representação do Povo, é o seu maior defensor. Também não fomento guerras entre monárquicos e republicanos. Considerando a Res-pública, Causa Pública, o Rei e República não são incompatíveis. Coloco estas questões por observar o aparente impasse do movimento monárquico português e o surgimento, dentro dele, de ideias com propósitos regeneradores e que se assumem como "roialistas" (galicismo com que se intitulam). Julgo óbvio que estas ideias resultam, por um lado, da constatação de que a Causa Real não tem conseguido verdadeiro impacto nos Portugueses e não tem sabido encontrar caminho face às actuais mudanças nos paradigmas sociais. Manifestam-se, e bem, contra a retrograda postura de "manter a chama viva", que talvez ainda alguns ditos monárquicos defenderão. Afirmam pretender focar a sua acção na "valorização da instituição real". Têm, então, os Roialistas, o desejo, tido por pragmático, de seguir por um caminho, aparentemente aberto, que se acredita levar a um resultado de êxito. Reconhecendo a evidente popularidade de Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte e da Família Real e a simpatia com que Suas Altezas são aceites em vários sectores da vida portuguesa, os Roialistas procuram promover a ideia do "rei dos portugueses". Sendo incontestável o grande valor histórico e patrimonial do Senhor Dom Duarte como descendente dos reis de Portugal e o importante papel que tem desempenhado, com verdadeiro sentido de missão, em prol dos portugueses, esperam, os Roialistas, que a República aceite o Chefe da Casa Real Portuguesa, primeiro oficializando um lugar no protocolo do Estado e depois, quem sabe um dia, aceitá-lo como Chefe de Estado. Admito que com esta estratégia não se "fariam ondas" à maçonaria nem aos republicanos. Contudo, recorda-me tempos idos, em que alguns monárquicos, julgando haver simpatia de Salazar pela Família Real, ansiavam que o ditador lhes oferecesse a Monarquia "numa bandeja". Não compreendiam que Salazar, porque tudo queria dominar, nunca seria monárquico. Considero, portanto, bastante improvável o almejado resultado final. Além disso, parece-me maior o risco de reduzir e banalizar a Figura do Senhor Duque de Bragança. Mas, o pior de tudo, na minha opinião, é que neste projecto se adia Portugal. Nele se abdica, até um futuro ainda incerto, de lutar pela Monarquia, desistindo de demonstrar a importância que esta tem na afirmação dos Princípios Fundadores e das raízes da nossa Pátria que orientaram 9 séculos de sua existência, e que, sendo a trave-mestra da Nação, não desrespeitam a liberdade religiosa nem o pluralismo étnico ou racial, nem é limitam a liberdade de Pensamento e o Progresso. Também adia lutar para proteger os Portugueses e o nosso País da força destruidora que o regime republicano vem demonstrando. O movimento monárquico, em 111 anos, não tem conseguido afirmar os seus Princípios nem tem desfeito eficazmente as falsas ideias que a campanha republicana usa para o desacreditar. Continuaremos a adiar? Reafirmo que sou Monárquico. Eu quero um Rei para Portugal.

Reconhecendo a evidente popularidade de Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte e da Família Real e a simpatia com que Suas Altezas são aceites em vários sectores da vida portuguesa, os Roialistas procuram promover a ideia do "rei dos portugueses".

*Presidente da Real Associação de Viseu

REGRESSO À SILDÁVIA

JOÃO VACAS

15 de Julho de 2001. Hoje é dia de São Vladimiro e Klow está em festa. A bandeira do pelicano negro em fundo de ouro tremula nos mastros dos principais edifícios públicos. O Palácio Real está engalanado e aguarda-se a qualquer momento a passagem do cortejo que entretanto partira do Castelo Kropow rumo ao Parlamento. Há quem jure conseguir vislumbrar, muito ao longe, as fardas de gala azuis dos hussardos da Guarda que escoltam o coche real. O Rei vem a caminho. Famílias e grupos de amigos passeiam bem-dispostos e fazem-se piqueniques nos parques. Os restaurantes e bares da cidade, que ostentam as cores nacionais, estão cheios. Habitantes e visitantes estrangeiros não perdem a oportunidade para apanhar sol e provar as muitas especialidades locais de influência eslava e turca. De entre estas, destacam-se muito justamente os afamados ceptros de ovos da pastelaria Zileheroum que fica no cruzamento da Avenida Almaszout com a Rua Cidade de Kragoniedin.

Todos os anos é assim, mas neste há um elemento novo que não passa desapercebido. Será a primeira vez em muito tempo que o ceptro de Ottokar IV não será empunhado por Muskar XII. Essa nota, incómoda, de alguma tristeza, é sentida pela população que sabe o quanto deve ao velho Rei, a começar pelo próprio filho, o recém-coroado Ottokar XIV.

Muskar XII, de cognome, o Libertador, tinha tudo para ser apenas mais um soberano desinteressante de um reino irrelevante, condenado a desaparecer ou a ser dominado, como acontecera a outros pequenos países balcânicos, mas a sua história foi outra e confunde-se com a do seu país. Vencida a ameaça bordura, e reprimidos os impulsos totalitários que lavravam na cúpula militar da Sildávia e em parte da sua administração pública, a monarquia sildava pensou estar a salvo dos ventos perigosos que varriam a Europa. Infelizmente, à ofensiva de Müssler seguiu-se a de Hitler.

Confrontado com o ultimato nazi para que se juntasse às potências do eixo, Muskar colocou-se à frente do seu exército e preparou-se para sofrer o destino do seu povo. Como era expectável, a capacidade de projecção de forças da Wermacht revelou-se avassaladora, mesmo para as disciplinadas forças armadas sildavas que capitularam depois de semana e meia de combates muito duros. O Rei e a Rainha Sofia Amália foram confinados às paredes de Kropow, sendo pressionados a aceitar a fusão com a Bordúria e o domínio político da Guarda de Aço. Muskar XII foi suficientemente hábil para conseguir ganhar a confiança dos seus captores e obter a liberdade necessária para se evadir com a ajuda de servidores leais e o apoio discreto de Churchill, tendo levado o ceptro consigo (diz-se que cosido à saia da Rainha).

Tentado a estabelecer-se em Londres, paredes meias com de Gaulle e a France Libre que nascia, Muskar XII optou pelo Estoril, havendo quem jure que o fez por sentir saudades do mar de Dbrnouk. A corte e o governo sildavos no exílio organizaram-se em torno do Rei e o fim da II Guerra Mundial encontrou-o preparado para regressar e desejoso de o fazer, mas o terror soviético reteve-o em Portugal. Durante esse longo período, Muskar correspondeu-se com os líderes da resistência interna e com diversos Chefes de Estado e recorreu à Rádio Europa Livre para se dirigir regularmente aos seus compatriotas. Ouvir ou ler "As cartas do Rei" era crime e muitos sildavos pagaram com a vida a ousadia... e a lealdade.

Impotente para vencer militarmente o monstro comunista, Muskar XII dedicou-se intensamente à educação dos filhos Ottokar, Vladimiro e Luísa Frederica, à escrita das suas mensagens radiofónicas, à preservação da identidade sildava, à assistência aos exilados e ao apoio à educação dos jovens dissidentes, tendo fundado com esses objectivos a Real Irmandade de São Vladimiro e a Universidade Livre de Klow (clandestinos). Era comum vê-lo ao fim da tarde na praia, à conversa com o Conde de Barcelona, seu parceiro da caça às perdizes, com quem constituía uma dupla temível no ténis. Esperava.

Apesar de o pelicano negro ter sido substituído por um vermelho, entaipado entre uma foice e um martelo, um campo de trigo e um par de rodas dentadas, o pensamento não se rendeu e a memória colectiva não o esqueceu. As palavras do Rei, a história do país e os costumes nacionais eram transmitidos de boca em boca, circulavam edições samizdat de publicações proibidas e organizavam-se sessões secretas de leitura e debate em igrejas, bibliotecas e apartamentos modestos. As prisões estavam cheias enquanto as prateleiras das lojas se mantinham vazias, a burocracia tropeçava diariamente nos seus absurdos e a brutalidade revelava toda a sua fraqueza. O regime abanou. A queda do muro de Berlim fez o resto. E o Rei voltou.

A Sildávia saiu à rua para o aclamar e à sua família. Estava mais velho, mas não cansado. O ceptro de Ottokar voltara a Klow. A legitimidade regressara. A República Popular e Democrática dos Trabalhadores Sildavos esboroara-se sem que ninguém a lamentasse e o Reino antigo recuperou o seu lugar no concerto das nações. Havia muito a fazer. E fez-se. Hoje a Sildávia é um exemplo de paz, estabilidade e prosperidade cumprindo todos os requisitos para aderir à União Europeia.

A nova estátua de Muskar XII, que se encontra na praça que ostenta o seu nome junto à confluência dos rios Woltus e Vladir, recorda-o, confiante, generoso e sorridente, como o seu povo o reencontrou, disposto a empenhar-se na transição, na reconstrução e no perdão. Com a sua ajuda e o seu exemplo, a Sildávia reconciliou-se com o seu passado, recuperou a tradição e escancarou as portas do futuro. No pedestal, a inscrição inevitável: «Alegra-te, Sildávia! Este é o nosso Rei».

(Inspirado n'O ceptro de Ottokar, uma aventura de Tintim, de Hergé)

MONARQUIA PORTUGU

A PROPÓSITO DE ALGUMAS

PEDRO

I. Um novo interesse pela monarquia enquanto realidade constitucional

No nosso tempo, parece definir-se, em sede de ciências constitucionais, um novo interesse pela monarquia enquanto realidade constitucional. A tal não será estranha a circunstância de, nos saberes que têm a constituição como objeto, ser crescente a propensão para teorizar o político-constitucional no exterior de "caixas" progressivistas, convencionais e lineares.

No nosso tempo, parece definir-se (…) um novo interesse pela monarquia enquanto realidade constitucional.

As monarquias europeias tornam a ser exaustivamente estudadas e analisadas num plano de direito constitucional comparado, atendendo às suas subsistentes "intensidades" de poder e de autoridade, ao tipo de fontes normativas que as regulam, às práticas constitucionais, aos nexos morais com a chamada "sociedade civil" (Robert Hazell, Bob Morris, 2020).

A paradigmática experiência britânica é escalpelizada e escrutinada, com o auxílio de especialistas, em busca de resíduos "discretos" de poder real, maxime em especiais procedimentos legislativos suscetíveis de afetar a posição da coroa, aos quais a Rainha terá de dar consentimento prévio (resíduos esses distintamente valorados pelos vários observadores ou analistas) [Guardian, 7.02.21].

A própria dicotomia pura entre monarquia e república – a qual tende a ser referida ao modo de designação da chefatura do Estado – é alvo de questionamento, sendo notada e interrogada a construção, em repúblicas (?), de novos esquemas de intenso reconhecimento jurídico-público de certas casas reais enquanto realidades institucionais (os casos montenegrino e romeno sendo disso os mais acabados exemplos) [Marcin Wiszowaty, 2017].

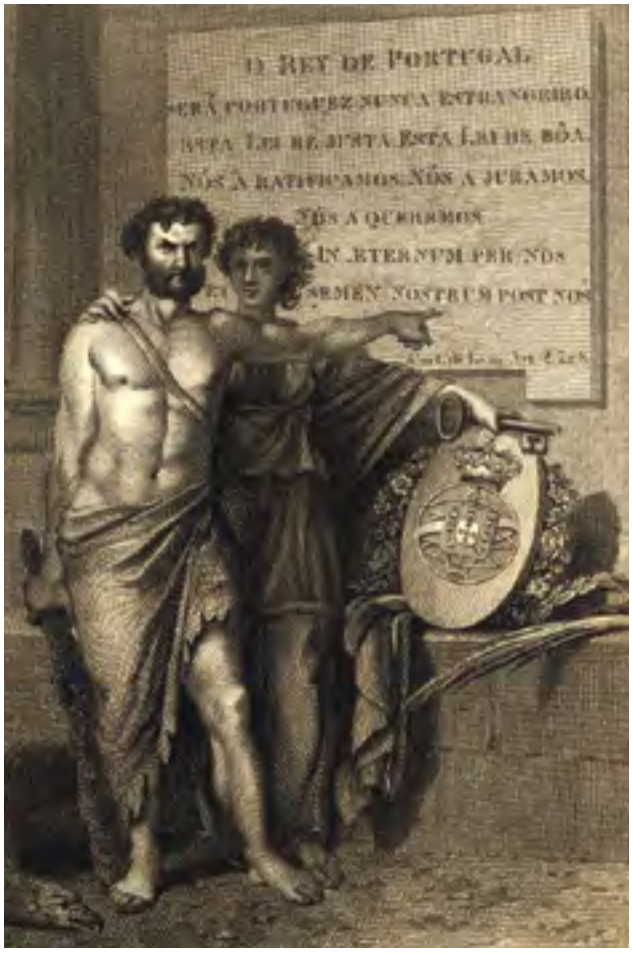
Em Portugal têm sido elaboradas releituras assumidamente teórico-constitucionais da ordem fundamental da antiga monarquia portuguesa e da sua subsequente refundação na época liberal (Vital Moreira e José Domingues, 2020).

II. A redescoberta da dimensão constitucional (ista) da monarquia portuguesa

Quanto às referidas releituras da história constitucional portuguesa, afigura-se, desde logo, relevante – a vários títulos e não só de uma perspetiva monárquica – a afirmação mesma de que a monarquia pré-liberal consubstanciou uma constituição.

Está em causa, é certo, uma "aplicação" coerente ao caso português da ideia de que toda a comunidade política possui uma ordem, uma forma ou estrutura normativa básicas, uma constituição em sentido material (uma ideia de derivação clássica que se tem vindo a tonar um adquirido na ciência do direito constitucional): o antigo Portugal possuiu a sua forma [monarquia de caráter misto e representativa (estamental-corporativa)], ainda que não definida numa constituição em sentido formal.

Não obstante, pretende ainda explicitar-se algo mais – o carácter em certo sentido "constitucionalista" da ordem tradicional, dada a limitação jurídica do poder político por ela operada. É que, na autoconsciência constitucional da antiga monarquia, ao poder régio esteve vedado dispor unilateralmente sobre certas matérias eminentes: (regras de) sucessão na Coroa, lançamento de novos impostos, quebra da moeda. Nessas áreas, reinava um princípio excecional de obrigatória codecisão entre Rei e Reino articulado em Cortes. Daí a sedimentação progressiva do conceito de Leis Fundamentais, explicitado e afirmado na sequência do evento da Restauração, cujas cortes de 1641 haviam recebido, como jus-fundamental, o tido por disposto – no tocante à sucessão do Reino – nas Cortes de Lamego (1143). Mesmo em tempos de destaque absolutista em relação à «constituição tradicional», mantiveram-se as ditas noções (ainda que se tendesse a reduzir o âmbito da normatividade fundamental, nos interesses de uma monarquia que então se queria pura ou plena).



ESA E CONSTITUIÇÃO:

(RE)LEITURAS RECENTES

VELEZ

III. A constante (hiper)constitucional em tema sucessão da Coroa

Nos mencionados exercícios de releitura da história constitucional portuguesa, ficam também patentes importantes contextos fundacionais e traços nucleares do posterior constitucionalismo monárquico, alguns nem sempre devidamente sublinhados ou acentuados.

Transparece, por exemplo, que a grande guerra civil portuguesa foi também uma querela jurídica em torno da interpretação do sentido e alcance das regras sobre a sucessão da coroa contidas nas Leis Fundamentais do Reino. Uma pugna argumentativa que, em última instância, não deixou de partir de lugares-comuns, de tópicos partilhados, de interrogações por todos aceites como decisivas (desde logo, a questão de saber o que significaria, num plano de aplicação das ditas regras sucessórias, o conceito de estrangeiro) [Vital Moreira e José Domingues, 2021].

No que terá sido o último manual de direito constitucional publicado em tempos de monarquia (1910), o célebre professor Marnoco e Souza pôde asseverar: «A ordem da sucessão real é matéria constitucional, em harmonia com o disposto no art. 144.º da Carta Constitucional. Por isso, não pode ser alterada pelas cortes ordinárias»

De facto, como havia sublinhado o ilustre Franz-Paul de Almeida Langhans e é agora recordado por autorizados cultores do direito e da história constitucionais, uma certa dimensão de continuidade concreta de «fundamentos jurídicos» atravessaria incólume os séculos monárquicos da polis portuguesa: a substância jus-sucessória das Leis de Lamego seria, no essencial, transcrita em articulado nas primeiras constituições formais que Portugal conheceu (Franz-Paul de Almeida Langhans, 1951).

Contra um tal pano de fundo se compreende, em certa medida, a "naturalidade" com que, durante a terceira e longa vigência da carta constitucional (1842-1910), a ordem da «sucessão do Reino» era tida por regulada ao nível do texto constitucional – artigos 86.º a 90.º do referido ato jurídico-público (José Joaquim Lopes Praça, 1880, pp. 209 e ss.). A essa luz se entende também a consideração dessa área normativa como matéria constitucional não modificável por lei ordinária. No que terá sido o último manual de direito constitucional publicado em tempos de monarquia (1910), o célebre professor Marnoco e Souza pôde asseverar: «A ordem da sucessão real é matéria constitucional, em harmonia com o disposto no art. 144.º da Carta Constitucional. Por isso, não pode ser alterada pelas cortes ordinárias» (José Ferreira Marnoco e Souza, 1910, p. 794).

A propósito das digressões anteriores, note-se que a dita «Lei da Proscrição» – o art.1.º da Carta de Lei de 19 de dezembro de 1834 (uma lei ordinária) que excluía da sucessão o Rei vencido e seus descendentes – cessaria de vigorar logo em 1836, por força da nova vigência, pós-revolução de setembro, da Constituição de 1822 e respetivos preceitos jus-sucessórios "normais". A Constituição de 1838, no seu articulado, recuperaria, é certo, as exclusões de 1834, assim introduzindo circunstanciais distorções na pureza do legado de Lamego. Passado pouco tempo, a Constituição de 1838 seria, porém, revogada, sendo reposta em vigor, em 1842, a Carta Constitucional, com as suas regras jus-sucessórias "tradicionais", neste plano (José Augusto Vaz Pinto, 1933).

IV. Da «sociabilidade pré-política do povo português» e da sua instituição real

Na atenção prestada a novos olhares sobre a história constitucional do Portugal Real, não se trata apenas de um trabalho de clarificação ou "limpeza" da memória constitucional.

Estão em causa os fundamentos normativos de uma instituição – a Casa Real Portuguesa, a verdadeira «Casa de Portugal» (como já se disse em outros tempos) – que continua e deve continuar a ser uma tradição viva num plano existencial de «sociabilidade pré-política do povo português», ainda que apenas tacitamente reconhecida pela ordem política atual (ao abrigo, porventura, de um módico respeito por um proclamado princípio constitucional de respeito pela identidade nacional que a CRP de 1976 acolherá, apesar de tudo). E, sobretudo, talvez seja acertada a hipótese, sugerida na mais recente e problematizante literatura filosófico-política (ocidental e portuguesa), segundo a qual a reconstrução da ordem político-constitucional terá de passar por uma religação desta última a um fundo de «comunidade histórica de cultura» (Alexandre Franco de Sá, 2021).

Referências bibliográficas:

Alexandre Franco de Sá, Ideias Sem Centro – Esquerda e Direita no Populismo Contemporâneo, Dom Quixote, Lisboa, 2021.

José Augusto Vaz Pinto, A sucessão do Senhor Dom Manuel segundo a Carta Constitucional (1832), reproduzido em Documentos da Aclamação de El-Rei D. Duarte II, Edição das Juventudes Monárquicas, Lisboa, 1933, pp. 27 a 29.

Franz-Paul de Almeida Langhans, Fundamentos Jurídicos da Monarquia Portuguesa, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1951.

J. F. Marnoco e Souza, Direito Politico, Poderes do Estado/sua organização segundo a sciencia politica e o direito constitucional português, França Amado Editor, Coimbra, 1910.

J. J. Lopes Praça, Direito Constitucional Portuguez, Estudos sobre a Carta Constitucional de 1826 e Acto Addicional de 1852, 2.ª Parte, vol. II, Liv. Portugueza e Estrangeira, Coimbra, 1880.

Marcin Wiszowaty, Return of the Kings. Institutionalization of the Royal Families in the Republics of Romania and Montenegro in the 21st century, em Gdaskie Studia Prawnicze / Gdask Law Studies, XXXVIII, 2017, pp. 245-263 [disponível online].

Robert Hazell, Bob Morris (ed.), The Role of Monarchy in Modern Democracy: European Monarchies Compared, Hart Publishing/ Bloomsbury Publishing, Oxford, London, etc., 2020.

Vital Moreira e José Domingues, História Constitucional Portuguesa I: Constitucionalismo antes da Constituição (Séculos XII-XIX), Assembleia da República – Divisão de Edições, Lisboa 2020.

Vital Moreira e José Domingues, No Bicentenário da Revolução Liberal - Livro 3: Vida e Obra Política de José Ferreira Borges, Porto Editora, Porto, 2021.

A Coroa Romena: uma instituição viva

DO BANIMENTO A PARCEIRO DO ESTADO

Loan-Luca Vlad

Embora sendo oficialmente uma república, a Roménia assumiu os símbolos e tradições reais, honrando a sua continuidade, estabilidade e neutralidade política.

A história moderna da Coroa Romena entrou num novo capítulo em 30 de dezembro de 2007, quando o saudoso Rei Miguel I da Roménia publicou as Regras Fundamentais da Família Real Romena. Não foi por coincidência que a data marcava os 60 anos desde a abdicação forçada do rei, seguida da sua partida para o exílio. A sua sobrevivência e permanência como símbolo nacional e força política na Roménia são testemunho das suas qualidades humanas de paciência e exemplo pessoal, bem como do desejo de estabilidade e continuidade de uma nação com uma história turbulenta.

Quatro anos depois, ao fazer 90 anos de idade, o Rei Miguel foi convidado a fazer o seu primeiro discurso ao Parlamento Romeno, instituído pela Constituição de 1991. Foi um momento marcante e que ficou assinalado na memória coletiva através de livros e monumentos, como «a Praça do Rei». As suas palavras ainda hoje são frequentemente citadas por políticos e figuras públicas da Roménia.

Por detrás do regresso do Rei, estava uma equipa de pessoas extraordinárias, a começar pela sua filha mais velha, hoje Sua Majestade Margareta, Guardiã da Coroa Romena. Chegada ao país no início dos anos de 1990, Margareta iniciou contactos com o seu povo, avaliando as graves condições da comunidade nacional, e dos seus serviços de saúde e sociais, iniciativas em que contou com a ajuda da sua irmã mais nova, a Princesa Sofia, que dedicara muitos anos de trabalho a obras de caridade, bem como ao gabinete do seu pai, na Suíça. Depois de angariar substanciais apoios internacionais para os órfãos e os idosos abandonados da Roménia, Sua Majestade assumiu um papel representativo, juntando-se ao seu pai, e também por vezes representando-o, durante o processo de integração europeia e euro-atlântica. Nisto vem sendo auxiliada a todo o momento desde 1996 por Sua Alteza Real o Príncipe Radu da Roménia. Depois do seu papel crucial na organização das acções iniciais da Família Real, o Príncipe Radu, que também é oficial do Exército Romeno, serviu vários anos como Representante Especial da Roménia para a Integração, a Cooperação e o Desenvolvimento Sustentável.

A Garden Party é o evento público mais prestigiado da Roménia. O evento reune representantes de todos os domínios da vida nacional em redor da Família Real numa celebração de unidade e orgulho nacional.

Após muitos anos de alargado e incansável serviço ao seu país, até finais dos anos de 2000, o Rei foi reduzindo gradualmente as suas actividades públicas, até tomar a decisão, em 2016, de delegar na sua filha mais velha as responsabilidades da presença quotidiana da Coroa da Roménia. O ano de 2016 marcou, também, o início de um período muito duro para a Família Real, marcado pela morte da Rainha Ana, e, em 2017, a do próprio Rei.

A primeira Sucessão Real Romena oficial em 90 anos decorreu sem incidentes, e constituiu uma ocasião de unidade nacional em torno da personalidade e dos valores do Rei e de sua filha, considerada uma digna herdeira. As outras quatro Princesas-irmãs, Helena, Irina, Sofia e Maria, fizeram causa comum, e duas delas, as Princesas Sofia e Maria, fixaram-se definitivamente na Roménia, assumindo responsabilidades em nome de Sua Majestade.

Desde então, Sua Majestade vem continuando, com a participação do Príncipe Radu, a acção do Rei de consolidação e expansão da presença da Família Real na Roménia, em três grandes domínios: como símbolo nacional, na sociedade e através de contactos directos com a comunidade.

A Coroa Romena: um símbolo nacional vivo.

A Roménia adoptou uma prática pouco comum: é que, embora sendo oficialmente uma república, assumiu os símbolos

e tradições reais, honrando a sua continuidade, estabilidade e neutralidade política. Em termos práticos, e para além da presença de Sua Majestade no Parlamento Romeno, o dia 10 de Maio (dia da

coroação do Rei Carol, e Dia Nacional da Roménia até 1947) foi declarado oficialmente Feriado Nacional. E a Coroa Real foi reintroduzida no brasão de armas do país.

Até à pandemia, a *Garden Party* era o evento público mais prestigiado da Roménia. O evento reunia representantes de todos os domínios da vida nacional em redor da Família Real numa celebração de unidade e orgulho nacional. E as cerimónias de Condecorações Reais são uma demonstração de respeito pelos sectores mais ativos da sociedade, sociedade essa que as tem na mais alta conta.

No estrangeiro, a Família Real vem abrindo incontáveis portas para os empresários nacionais através das suas missões comerciais; promoveu a integração europeia da República da Moldávia, país-irmão; e, sobretudo, tem representado a Roménia com dignidade e continuidade.

No âmbito prático, todas as actividades públicas de Sua Majestade e do Príncipe Radu são possíveis devido ao trabalho da Casa de Sua Majestade, organizada como Associação. Em consequência do seu trabalho, ela foi reconhecida, em 2020, como associação de «utilidade pública», e foi-lhe atribuída por 49 anos a utilização gratuita do Palácio Elisabeta, residência real em Bucareste desde 2001. A Casa passou a ter, assim, uma base adequada para as suas atividades de representação – além de uma grande responsabilidade.

Obra social: ao serviço dos deficientes romenos.

A Família Real está bem consciente de que os problemas sociais da Roménia não desaparecerem, e que há carências em todos os escalões da sociedade. Através da sua Fundação Real Margareta da Roménia, Sua Majestade decidiu concentrar-se nas necessidades da juventude mais talentosa, organizando um programa que lhe concede bolsas para que possa exercer a sua paixão artística e aceder a concursos nacionais e internacionais. Há também programas para idosos, tendo como objetivo a sua reinserção social e a oportunidade de continuarem a ser relevantes na terceira idade. O programa «Jovens Talentos» inclui uma componente tutorial única, segundo uma abordagem intergeracional, a qual possibilita que os participantes aprendam com personalidades reconhecidas das artes e da cultura, através de palestas e workshops mensais, assim transmitindo saber às futuras gerações de artistas romenos.

A Família Real estabeleceu também fortes vínculos com as instituições educativas. Além de diversas iniciativas de Alto Patrocínio Real, Sua Majestade e o Príncipe Radu instituíram Bolsas Reais para os estudantes da Academia de Estudos Económicos, além de uma iniciativa similar na Moldávia.

O interesse social pelo passado e o presente da existência da Coroa também está refletido na criação de um curso facultativo nos liceus, intitulado «História da Monarquia Romena», criado, em 2012, pelo Ministério da Educação, e que tem obtido grande adesão em toda a Roménia.

Relações comunitárias: a promoção da herança romena.

A Família Real, é, também… uma família, o que significa envolvimento na vida da vizinhança e da comunidade, e participação na melhoria das condições naturais e humanas do ambiente. Sua Majestade fá-lo, primeiro e sobretudo, através da Fundação da Colecção Real, que hoje administra o Património Real de Savarsin, propriedade privada da família, que pode ser visitado a partir deste ano, após grandes obras de restauro. O Património engloba o Castelo e a Aldeia Real adjacente, bem como um jardim botânico criado no século XIX. As relações com os habitantes de Savarsin são muito boas, e, os vínculos, antigos, sendo de destacar o auxílio prestado pela Família Real a pessoas com carências, bem como a participação comunitária nos cânticos e tradições de Natal, o «colinde», todos os anos.

Mas a propriedade real mais conhecida será, talvez, a de Sinaia, e, nomeadamente, o Castelo de Peles. O grande objetivo aí, e em cooperação com o Estado Romeno, que administra os museus, é o restauro de Peles e Pelisor, para que as futuras gerações os possam desfrutar. Nesta mesma zona, a Família Real está a desenvolver um núcleo de operadores turísticos que a seu tempo disponibilizarão um destino turístico romeno topo de gama.

Também o movimento monárquico contribui para as relações com a comunidade. O movimento conta com o empenho de pessoas muito activas e dedicadas, que herdaram de seus pais e avós a paixão pela monarquia como sistema, mas também de muitos jovens, que se sentem convocados pelo envolvimento e apoio da Família Real nos domínios da juventude, da cultura e da educação. Embora sejam muitos os políticos que reconhecem o contributo positivo da Família Real, e muitos deles apoiem as suas actividades ou, até, as dos membros do movimento monárquico, a Família Real defende que o movimento deve ser estranho à política, oferecendo um território comum independente das modas e paixões políticas do tempo.

Três formas de projetar a «marca» Real através o país e do Mundo são o programa televisivo semanal «Ora Reguli» (A Hora do Rei), produzido pela Sociedade Nacional de Televisão, bem como a Real Camerata e o Real Coro, que têm obtido resultados honrosos em concursos internacionais. Na área empresarial, a Real Associação de Provedores engloba aquelas empresas e profissionais a quem foi outorgado o reconhecimento real da qualidade dos seus produtos e serviços.

Objetivo comum: o bem comum

Serve tudo isto para dizer que a Coroa Romena é uma presença viva no Estado, no país e na sociedade romenos. Todavia, esses recursos e redes são devolvidas à nação para seu benefício, já que a presença e as iniciativas reais são consideradas politicamente neutras, um domínio comum de toda a sociedade romena. Afinal, a essência da Monarquia, onde quer que ela exista, é serviço.

Autor:
Loan-Luca Vlad é um advogado especializado em Direito Internacional Privado. É membro do Conselho Real e conselheiro jurídico da Família Real Romena.

Fotos - Wikipédia e Romãnia Insider

PORTUGAL FAZ BEM

A Fundação Gaudium Magnum - Maria e João Cortez de Lobão constituiu-se em 30 de Novembro de 2018 com a missão de enaltecer Portugal, dando prioridade a quatro pilares: a Cultura, a Educação, a Beneficência e a Investigação.

A Fundação Gaudium Magnum – Maria e João Cortez de Lobão e o Museu Nacional de Arte Antiga em Lisboa acabam de lançar um projeto museográfico "O Belo, a Sedução e a Partilha". O MNAA acolherá assim de dois em dois meses e ao longo dos próximos cinco anos, uma sucessão de pinturas de mestres antigos da Colecção de Maria e João Cortez de Lobão.

A primeira obra a ser apresentada, do século XVI, "Mulher numa despensa", é um trabalho a duas mãos entre Giacomo Legi e Antiveduto Gramatica, autores condiscípulos do mestre italiano Caravaggio.

ca@gaudiummagnum.org
+351 218 075 070
Rua de São Bernardo, 31 R/C
1200-823 Lisboa

FUNDAÇÃO gaudium magnum
MARIA E JOÃO CORTEZ DE LOBÃO

ENTREVISTA A

Jaime Nogueira Pinto

Entrevista coordenada por **João Távora**

É comum encontramos Jaime Nogueira Pinto entre monárquicos, a conviver com monárquicos, e não poucas vezes se tem encontrado com a Família Real em apresentações ou eventos em que se cruzam temas históricos, da lusofonia e das ligações lusas a África. Professor, é licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e doutorado em Ciências Sociais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica, onde lecciona cadeiras nas áreas das Ciências Políticas e das Relações Internacionais. Possui vasta obra publicada sobre História contemporânea portuguesa e colabora com regularidade na comunicação social. Casado com Maria José Nogueira Pinto, pai de dois filhos, Jaime Nogueira Pinto, que em 2007 se atreveu a defender Salazar e desse modo vencer o concurso da RTP "Os Grandes Portugueses" é o nosso entrevistado deste número do Correio Real.

Disse, numa entrevista ao Sol, que «Aos 12, 13, 14 anos, que foram quando comecei a ter consciência política, era uma coisa a que hoje acho uma certa graça – um monárquico liberal. A minha vinda para

Fotos @ Ana Olivença

o nacionalismo dá-se com a guerra de Angola, em 61.» A sua «vinda para o nacionalismo» pôs em causa as suas convicções monárquicas ou, pelo menos, subalternizou-as face à questão nacional e ultramarina em que se envolveu?
A questão ideológica – direita nacionalista versus esquerda internacionalista – tornou-se, na época, mais importante que a forma de chefia do Estado, hereditária ou electiva.
É preciso recordar que a minha geração, a que nasceu no imediato pós-guerra e acordou para a política nos anos 60, foi marcada pelo fim dos impérios europeus (vivemos muito a questão da Argélia Francesa) e pelo perigo comunista. A queda de Dien Bien Phu, em Maio de 1954, foi o primeiro acontecimento político que me deixou uma impressão forte. Depois, em 1956, veio o esmagamento pelos comunistas soviéticos da revolta dos patriotas húngaros em Budapeste. Tinha dez anos, mas lembro-me de ir a uma manifestação contra a URSS no Porto.

Dom Duarte de Bragança sempre se mostrou sensível às ligações histórico-culturais com o espaço lusófono, cultivando aí, de Timor a Cabo Verde, relações privilegiadas.

Acha que as monarquias e as casas reais podem ter um papel de protecção das identidades nacionais em tempos de pressões federalizantes ou homegeneizantes à escala europeia?
Podem e devem ter. A questão das identidades e das independências nacionais é a questão-chave da política na Europa e a dicotomia identitários-globalistas (ou, na Europa, Europa das Nações versus Europa federalista) é hoje a grande divisão.

No caso português, acha que uma mudança do tipo de Chefia do Estado ou uma maior valorização da casa real portuguesa poderiam contribuir para um aprofundar de laços no espaço lusófono?
Penso que sim, que a casa real pode dar um contributo importante. Dom Duarte de Bragança sempre se mostrou sensível às ligações histórico-culturais com o espaço lusófono, cultivando aí, de Timor a Cabo Verde, relações privilegiadas.

Entende que no contexto político nacional a questão do regime deve ser tópico a discutir?
Francamente, e embora a considere uma questão importante, acho que neste momento o mais importante é a defesa da independência nacional – nomeadamente contra os deslumbrados do Eurocratismo – e a defesa da Vida contra o aborto e a eutanásia e também contra o novo aventureirismo pseudo-científico dos que querem alhear-se da natureza das coisas, das pessoas, das famílias, da sociedade e fazer tábua rasa da Biologia, da História e da Tradição.

No lançamento do seu livro Nobre Povo disse que «o confronto entre a Monarquia e a República deixa depois de ser o principal» para pôr em primeiro plano o confronto «entre um povo de esquerda, que está nas cidades, nas classes médias e baixas, nos profissionais liberais e nos comerciantes e numa série de militares, e o povo do campo, católico, conservador, enquadrado pelos párocos, e pelas famílias tradicionais». Consegue identificar hoje fracturas e antagonismos semelhantes na sociedade portuguesa? Considera que essa estrutura está mudada ou ainda é actual?
As fracturas e antagonismos de hoje são outros, embora haja paralelos ainda legítimos. Seguindo uma tese do Embaixador Franco Nogueira, temos, outra vez, uma tensão ou confrontação entre as elites – políticas, académicas, mediáticas, urbanas – muito deslumbradas com uma "ideia de Progresso" velha de quase três séculos, ligada às Luzes francesas ou continentais. São classes dirigentes deslumbradas com uma modernidade técnica e racional e as suas conquistas, e que esquecem a continuidade da natureza humana.

São globalistas, europeístas, progressistas, individualistas. Reduzem a análise das pessoas e dos povos às leis da necessidade económica e ainda não se deram conta que, depois do fim da Guerra Fria URSS-EUA, as religiões e a nação, mais do que a classe social, voltaram a ser determinantes na balança geopolítica.
Paralelamente, há uma classe média conservadora

que se sente cada vez mais lesada pelo globalismo, pela desindustrialização e pela carga fiscal, e que permanece na linha dos valores do patriotismo, do cristianismo e da família tradicional. Mas que, por vezes, perante o retrato do país que lhe é dado pelo discurso dominante, se cala, de deixa ir e parece não existir.

A monarquia, na medida em que a chefia do Estado é independente do jogo partidário, pode ser um factor de estabilidade e unidade. (…) Factores pessoais, como a personalidade do rei, também pesariam.

Que contributo poderia dar a monarquia para os moderar?
A monarquia, na medida em que a chefia do Estado é independente do jogo partidário, pode ser um factor de estabilidade e unidade. Mas o sistema partidário permanece. Factores pessoais, como a personalidade do rei, também pesariam.

Porque não consegue a direita, ou uma linha mais conservadora (no sentido "britânico" do termo), passar a sua mensagem, ter um papel efectivo, ser uma alternativa real?
Primeiro porque o peso do regime da Terceira República e a consequente lavagem cerebral académica e mediática de quase meio século impuseram a Esquerda e eliminaram a Direita. E a Direita limitou-se a ser a direita da Esquerda ou, quando muito, o centro liberal que, com o cavaquismo, trouxe de volta princípios de patriotismo e conseguiu afastar o fantasma do antifascismo ou viver melhor com ele. A hegemonia das ideias de Esquerda na Academia e nos media e a sua política de cancelamento, marginalizaram os valores e as direitas – nacionais, cristãs e conservadoras. E os políticos ditos de direita, com raras excepções, ou são de esquerda, ou de uma ignorância e aridez teóricas assustadoras. Mas nem tudo estará perdido: primeiro porque começa a haver cada vez mais reacções, sobretudo entre os mais novos; depois porque, como dizia Pessoa, "estamos tão desnacionalizados que devemos estar renascendo".

Tendo escrito Portugal - os anos do fim, o que sobra hoje do Portugal de sempre?
Há, apesar de todas as perdas físicas e morais, uma nação muito antiga, com uma História que, às vezes por contraste com o presente, tem efeitos ambíguos: à Esquerda, alguns querem suprimi-la ou cancelá-la, destruir monumentos, censurar livros, caricaturar o passado; e à Direita, a nostalgia dessa História grande leva alguns a alhearem-se do presente.

Ultimamente parece ter adoptado uma visão menos catastrofista. Que papel pode assumir o país de hoje à escala europeia e internacional?
Acho que o catastrofismo, as jeremiadas em que se refugiam muitos direitistas, são altamente corrosivas. Numa Europa com graves problemas de secessionismo e de fragmentação por linhas religiosas, regionais e de migração, Portugal tem e mantém um núcleo de unidade e de identidade nacionais muito forte. E isso é um grande trunfo. Falo disso num livro que reeditei agora – Portugal - Ascensão e Queda.

Como é ver Portugal do outro lado?
É importante e é educativo tentar ver as coisas do outro lado. É uma situação semelhante à que experimentamos nalguns relatos de ficção, quando o narrador-protagonista olha para si como se estivesse noutra pele ou se visse num espelho.
Eu, talvez por formação cristã e por pertencer há muito a uma minoria política, sempre procurei pôr-me na pele dos meus inimigos e seguir o conselho de Schmitt: conhecê-los, respeitá-los e não odiá-los. Sempre tive respeito pelos guerrilheiros que nos combatiam no então Ultramar. Não pelos dos massacres do 15 de Março de 1961, mas pelos que combatiam contra nós por um ideal.

Passadas as maiores acrimónias e paliadas as muitas dores da partição do Portugal ultramarino, que apreciação fazem esses líderes de Portugal?
Conheci e conheço presidentes e dirigentes militares e civis dos PALOP. Sempre me respeitaram e nunca tive de meter no bolso o meu passado e as minhas ideias, que conheciam sobejamente.
A maioria respeita Portugal e a História de Portugal.

Entre os que ainda lutaram contra nós pela independência – e que são nacionalistas – percebem que nós, os nacionalistas portugueses desse tempo, lutássemos contra eles, pelo que então nos tinham ensinado que era a nossa nação, a nação portuguesa. Percebem também que, embora houvesse situações de privilégio e abuso, nós – as pessoas da nossa geração, que demos o corpo ao manifesto – não

éramos racistas, nem colonialistas, nem exploradores; e queríamos fazer a integração na igualdade com eles. Era uma utopia, mas acreditávamos nela. E que hoje, depois do facto consumado da independência, queremos ajudar a progredir e a estabilizar as suas sociedades.

Que relação mantêm com o nosso país? Que lhe parece a CPLP enquanto projecto e como avalia os seus resultados?
Tal como muitas organizações multilaterais, a CPLP sofre dos males do tempo, como o ocidentalismo da correcção política. Há muito turismo político (agora interrompido pela pandemia). Em algumas coisas, como a cooperação técnico-militar, fez-se trabalho sério e podia fazer-se muito mais.

Uma chefia de Estado monárquica poderia ter tido um papel de contenção na desagregação do Ultramar português ou o que aconteceu era mesmo inevitável?
Hoje considero que o que aconteceu era inevitável. Os Impérios ou se transformam em nações ou desaparecem e a integração a sério do então Ultramar, na prática, só começou com a guerra. Aí, acabaram-se com instituições colonialistas – como o trabalho obrigatório – e fez-se um esforço de educação e promoção dos locais. Que aliás deu frutos. Mas era tarde.

Considera que os políticos do pós-25 de Abril tiveram possibilidade de fazer uma descolonização diferente, mais pacífica? A herança do Estado Novo e a crispação provocada pela revolução dariam espaço para gerir a situação de outra forma? Havia possibilidade de manter disciplina no Exército português por forma a assegurar essa transição?
Ter, tiveram, mas não estavam interessados, não queriam mesmo saber. Com exclusão do Partido Comunista Português, que tinha uma agenda Internacional pró-URSS, a posição dominante nos partidos que sobreviveram ao 28 de Setembro e ao 11 de Março era que África e o Ultramar eram umas manias retrógradas de Salazar, e que eles, modernos, europeus e progressistas, não tinham nada a ver com o assunto.

Conheci e conheço presidentes e dirigentes militares e civis dos PALOP. Sempre me respeitaram e nunca tive de meter no bolso o meu passado e as minhas ideias, que conheciam sobejamente.

No caso de Angola, onde o controlo político militar das autoridades portuguesas era, à data do Alvor, total, podiam-se ter cumprido os Acordos. O PCP, por solidariedade internacionalista, foi acompanhando os acontecimentos.
Quanto à disciplina militar, quebrou-se muito a seguir ao 25 de Abril. Eu estava em Carmona, no Uíge, e ouvi um oficial a dirigir-se a um cabo: "Nosso Cabo, pode fazer-me o favor de trazer a viatura para a frente do Comando Provincial?" As ordens tinham passado a favores. Era o fim da tropa!

Disse numa entrevista ao DN que «Hoje, as pessoas têm éticas de justificação quase pessoais. Houve uma altura em que via telenovelas e havia uma frase recorrente: "Foste autêntico?" Isso significava fazer o que lhe dava na gana. A autenticidade é das coisas mais deseducativas que há.» É possível reverter este caminho de deseducação assente na atomização social?

É possível, se não revertê-lo, refazê-lo. Tirando a morte – que só a ressurreição reverte e ainda assim não reverte, resgata – é quase sempre possível reverter ou reinventar tudo. Mas a nossa cultura, e o sector da Educação muito especialmente, foi invadido pelo relativismo política e socialmente correcto, simultaneamente hipersensível e melindroso e hiperagressivo e melindrante para com a dissidência, alimentando aquilo a que alguns chamam a "geração floco de neve", sem deveres e com direitos a tudo e mais alguma coisa, com banalidades do tipo "Porque não? Desde que sejam felizes". A ideia de dever, de sacrifício e de honra, a submissão ou a entrega voluntária a valores e ideais que transcendam o mero gozo, ganho ou prazer, são desencorajados.
Há campanhas de deseducação europeia, com origem no Woke americano, campanhas, por exemplo, de doutrinação do povo e das crianças com a introdução sistemática na ficção de personagens corporizando minorias sexuais ou géneros alternativos. Isto em contos tradicionais, nas histórias aos quadradinhos, na literatura infantil, com o príncipe e o cavaleiro a partirem num cavalo alado rumo ao ocaso. E há ONGs e Observatórios especializados na promoção desta agenda e na denúncia dos prevaricadores, organizações subsidiadas a todos os níveis: nacionais, internacionais e locais. Talvez seja possível resistir à ofensiva, e há países, como a Hungria e a Polónia, que estão a fazê-lo. Nos Estados Unidos as famílias estão também a lutar contra estes exageros e por cá já começa a haver reacções.

Como caracteriza o país e sociedade que os seus netos herdarão?
Se Deus quiser, será melhor do que o que agora está. Não é difícil.

Considera que as monarquias e/ou as casas reais podem ser contrapesos - a revalorizar - num contexto de crescente e agressiva hegemonia de uma (in)cultura individualista, presentista, "progressivista" (niilista mesmo, segundo alguns)?
Depende dos monarcas e das famílias que as representem. Por exemplo, em Portugal, os Duques de Bragança, Dom Duarte, Dona Isabel e os seus filhos,

são bons exemplos de cristianismo, patriotismo e defesa do que é vital, como a causa da Vida e da família.

O país vem empobrecendo fruto da governação nas últimas décadas. Somos ultrapassados sistematicamente pelos países de Leste, que até há pouco tempo eram menos desenvolvidos. Onde vamos parar?
Temos uma legislação que, por causa dos preconceitos da Geringonça que agora acabou, não estimula o desenvolvimento. Além disso, desde o 25 de Abril e do 11 de Março que fomos perdendo soberania económica, liquidando o sector financeiro nacional, as indústrias, quase tudo.

O populismo, geralmente o da direita, apareceu como resposta a situações como o secessionismo em Espanha ou a imigração desordenada em França. E geralmente apela para valores de nacionalismo e identidade que os partidos tradicionais abandonaram.

Que lhe parece o investimento em Portugal de empresas controladas por Estados que não respeitam a democracia e os direitos humanos, e que têm padrões culturais e civilizacionais muito diferentes dos ocidentais, e que já controlam ou condicionam sectores considerados estratégicos?
Ultimamente, na Europa, a "democracia e os direitos humanos" não têm servido propriamente para pôr em causa o domínio dos grandes Estados totalitários que têm padrões civilizacionais diferentes dos ocidentais; antes, têm vindo a ser pervertidos e arremessados internamente contra os pequenos que ousam defender ou resgatar os valores humanistas, os valores cristãos, ocidentais, europeus. Mas a razão de aqui não se pensar no condicionamento que pode advir do grande investimento externo vem do facto de a classe dirigente ser tendencialmente economicista, imediatista, globalista e desatenta aos valores nacionais. Assim, quando em dificuldade, vai alienando o que pode, sem olhar a quem. Já foi assim em Portugal, antes da chegada ao poder da dinastia filipina. Dizia então Cristóvão de Moura, agente de Filipe II, que os portugueses até fariam rei um burro carregado de ouro.

Temos vindo a assistir a muitas mudanças em todo o mundo, nomeadamente com o advento de novas lideranças que são genericamente qualificadas de populistas. Que apreciação faz da adequação dessa designação? O que é para si o populismo?
Sobre o populismo, aconselharia aos leitores do Correio Real o livro do Prof. Alexandre Franco de Sá, Ideias sem Centro, que faz muito bem o ponto actual do conceito e da questão.
Os partidos instalados no poder chamam populistas aos partidos novos, que apareceram porque eles deixaram de responder aos sentimentos e necessidades de grande parte dos eleitores. O populismo, geralmente o da direita, apareceu como resposta a situações como o secessionismo em Espanha ou a imigração desordenada em França. E geralmente apela para valores de nacionalismo e identidade que os partidos tradicionais abandonaram.

No plano internacional, o maior foco de tensão reside actualmente na região da Ásia-Pacífico. O que pensa sobre esta alteração geoestratégica e que consequências trará para o nosso país?
Vai ser assim, mas hoje as nossas antigas presenças nessa região – Timor e Macau – seguiram o seu destino. Timor era bom que nos preocupasse mais, pois tivemos uma intervenção pós-independência que acabou por ser positiva e decisiva para a verdadeira independência do país. Macau está a seguir a sorte de Hong Kong e parece que ninguém se preocupa muito com isso.

Lançou recentemente um livro intitulado "Hegemonia - 7 Duelos pelo Poder Global" de fazemos referência na nossa secção "Biblioteca". Pode desvendar-nos algo sobre mais esta sua obra?
Sim. Hegemonia – 7 duelos pelo Poder Global é, a partir de Tucídides, uma reflexão sobre as "causas da guerra" ou os motores da acção humana na História. Para Tucídides, estes eram o Medo, a Glória e a Cobiça. Partindo de sete duelos ou conflitos históricos – Guerra do Peloponeso, Guerras Púnicas, Guerras de Carlos V, Guerras Franco-Inglesas, Guerra da Alemanha, Guerra Fria URSS-EUA, até ao conflito que agora se esboça entre Americanos e Chineses – tentei ver onde estavam estes motores e de que modo estavam, e reflectir sobre isso.

QUER PRESERVAR O SEU PATRIMÓNIO **OU FAZÊ-LO CRESCER?**

Na Multi Family Wealth ajudamos o futuro das famílias contribuindo para o crescimento do seu património. Isto significa fazê-lo crescer de forma sustentada e responsável, com base em critérios de investimento conservadores e simples, mas também inovadores. O aconselhamento da Multi Family Wealth, apoiada por sólidos parceiros internacionais, tem contribuído para rentabilidades das carteiras que estão no topo dos rankings de resultados de acordo com análises globais comparativas feitas por entidades independentes tais como a CityWire ou a Bloomberg.

Junte o futuro da sua família ao nosso.

www.mfwealth.co.uk | hello@mfwealth.co.uk

Apenas para Investidores Profissionais.
A MFW – Multi Family Wealth Limited (FRN 734573) é um
Appointed Representative da Sturgeon Ventures LLP (FRN 452811)
que é autorizada e supervisionada pela Financial Conduct Authority (FCA).
Aviso Legal: as rentabilidades passadas não são garantia de performance futura.

MFW Wealth Management

JMP
ELEGEU NOVA DIRECÇÃO

No passado dia 12 de Junho, na cidade de Coimbra e perante um número de associados e votantes absolutamente inédito, a Juventude Monárquica Portuguesa elegeu, em Assembleia Geral, uma nova Direcção Nacional.

A JMP conta já com uma nova e entusiasmante equipa a trabalhar pelo futuro da nossa Causa, levando com a devida seriedade o voto de confiança que lhe foi dado por tantos, tal como as propostas e esperanças de todos os jovens monárquicos.

Apresentou uma equipa muito diversa, com membros integrantes que vão desde o Ensino Básico e Secundário até aos mais diversos mestrados e áreas de trabalho.

Repleta de vontade de trabalhar pelo futuro da JMP e da Causa, esta Direcção revê-se e acredita que a sua irreverência e criatividade serão óptimas ferramentas para unir os monárquicos, fazer crescer a Juventude Monárquica Portuguesa, munir os nossos associados de uma craveira intelectual e doutrinária de referência e, mediante isto, proporcionar um futuro risonho às Reais Associações, à Causa Real, à sociedade civil e, em última instância, a Portugal.

O projecto orientador desta nova equipa da Juventude Monárquica Portuguesa passa por afirmar de modo muito concreto e inequívoco que ser monárquico é, ainda mais do que uma característica ou tradição, uma convicção profundamente intergeracional, interclassista, que pode - e deve - unir-nos em torno dos valores que lhe são genéticos, no mote de devolver a um Portugal perdido entre rumos orientados pelas motivações próprias de alguns o desígnio comum de todos nós e da nossa Nação.

DIREÇÃO NACIONAL

Presidente
Sebastião de Sá-Marques

Vice-Presidente
Francisco Lopes Matias
David Furtado de Mendonça
Rodrigo Fleming

Tesoureiro
João Maria Bento

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente
Luís Francisco Sousa

Vice-Presidente
Carlota Arantes

Secretário Geral
Rodrigo Benitez

Presidente do Conselho Fiscal
Manuel Belard Bessa

Secretário Geral
Joana Pinela Damas

Núcleos escolares e mais projectos

Neste sentido, e sendo "de pequenino que se torce o pepino", uma das grandes prioridades deste novo elenco da JMP passa justamente por criar núcleos escolares e universitários activos por todo o País, de modo a permitir que o pensamento monárquico chegue às gerações estudantis de hoje e fomentando já na juventude a fundamental experiência de trazer ao debate público a proposta que defendemos por um amanhã dos portugueses. Procura a JMP que estes núcleos e círculos monárquicos para os mais novos sejam uma casa de formação, um espaço livre de discussão e uma mais-valia para o espaço académico e escolar de que fazem parte.

Do mesmo modo e na mesma linha de pensamento, acha-se a revitalização das estruturas locais da JMP: forma mais efectiva de, em colaboração com as Reais Associações, formarmos novos quadros e munirmos a JMP e a Causa pela qual lutamos de ideias concretas, personalidades diversas e a vitalidade

característica dos jovens. Deve ser a instituição a chegar às pessoas, na mesma lógica de proximidade, abertura e conhecimento de causa que legitima uma mobilização coerente e transversal.

O suprapartidarismo; a defesa inequívoca da Monarquia Constitucional

Para além destes compromissos, a nova ideia de JMP que saiu do Congresso Electivo de Junho orientar-se-á por um conjunto de valores fundamentais: o suprapartidarismo; a defesa inequívoca da Monarquia Constitucional; a importância efectiva do contacto entre os associados de todo o País; a abertura a outros e a integração de todos; a demonstração da actualidade dos valores e da forma; o pluralismo de ideias e de pessoas; o foco no futuro que podemos ajudar a construir, fundado na riqueza de um passado com quase um milénio de história; a preservação da identidade e da tradição nacionais e locais; a defesa intransigente da dignidade humana; a grande aposta na formação intelectual dos associados; o estudo e ênfase na lusofonia e na solidariedade.

Sabemos que acima da política está o Homem e a sua dignidade, e que antes da dimensão intelectual, política e filosófica de cada associado está a formação humana e cívica de cada ser humano colaborador da JMP. Por isso, a associação tem-se empenhado nos últimos meses em estabelecer parcerias com as mais diversas associações de voluntariado e solidariedade social, sendo que, muito em breve, formalizará o seu projecto de acção social, pondo à disposição dos seus associados múltiplas formas de assumir um papel activo de serviço e consciencialização social.

Actividades recentes da JMP

Nos últimos meses, a JMP tem marcado presença em alguns eventos, entre os quais as celebrações pioneiras do 5 de Outubro, em que - juntamente com a Liga dos Combatentes, a Causa Real, o Movimento da Independência de Portugal e a Sociedade Histórica da Independência de Portugal - lembrámos o Tratado de Zamora e a Fundação da Nacionalidade, no emblemático Castelo de São Jorge, em Lisboa.

Do mesmo modo, deu resposta a um pedido do Grupo de Doadores de Sangue da Caixa Geral de Depósitos para a dádiva de sangue. Esta acção foi particularmente importante, visto que, devido à pandemia, a reserva nacional de sangue sofreu uma enorme redução. Esta recolha foi efectuada no Centro Paroquial da Igreja de São João de Brito, sendo que será depois distribuída para o Centro de Sangue e da Transplantação de Lisboa.

No passado mês de Novembro a JMP organizou, para além do Jantar dos Conjurados, duas tertúlias, sendo que, muito brevemente, arrancarão formações e debates internos e externos. Pretende-se ter ainda, até ao final do ano, uma grande conferência e um jantar de Natal solidário.

A fim de fomentar a reflexão sobre temas que justifiquem esse debate, seja em que área for, a Juventude Monárquica Portuguesa organizará tertúlias e debates com distintos e heterogéneos participantes, tendo todos em comum serem algumas das mais interessantes cabeças que pensam e orientam a nossa sociedade civil. São, no fundo, exemplos a seguir. Procurar-se-á dar a estas iniciativas a maior divulgação possível junto dos associados e da imprensa, permitindo que os cidadãos possam aproveitar estes momentos para a sua construção pessoal, social e política.

Os assuntos dessas tertúlias debates e conversas serão variados, desde a política à ecologia, passando pela economia e cobrindo também as artes. Não há preferências: tudo aquilo que for relevante para a nossa sociedade e para os portugueses, é susceptível de ser abordado.

Elevando-se acima de qualquer interesse que não o superior interesse de Portugal, a Juventude Monárquica Portuguesa actuará, neste contexto, como mera anfitriã, preocupada em criar espaços e oportunidades para a Sociedade Portuguesa se debruçar sobre as áreas e ideias que neste âmbito lançará.

A importância da comunicação

Por último, também a imagem e a comunicação da Juventude Monárquica Portuguesa sofrem hoje um marcante período de renovação, de modo a apresentar uma "cara nova e lavada" a todos os que contactam consigo de forma digital ou pelas redes socais. Procura-se, neste mundo em que a aparência importa tanto, ser apelativo para o maior número de pessoas possível, sabendo responder aos desafios dos dias de hoje e provando que a Monarquia é muito mais do que o conjunto de estereótipos a que nos reduzem.

É tomando parte activa entre os jovens de hoje (gerações nascidas na crise de valores de um mundo de um individualismo galopante e crescente descredibilização no futuro) que podemos encontrar o brilho do amanhã nos valores que iluminaram Portugal desde a sua fundação e que se podem manter apenas pelo serviço comprometido das instituições que os proclamam, para que um dia as mesmas possam ser legadas a monárquicos cuja convicção seja tão sólida quanto as raízes do que nos caracteriza. Somente assim poderemos passar de um sonho à realidade: de uma esperança nasce um projecto e do projecto a sua concretização. Lembremos: é hoje que se compõe o fado que Portugal há-de amanhã cantar, é agora que lançamos o mote, sem deixar a sua prática para depois!

Viva o Rei!

Viva Portugal!

Lançamento do livro de Tomás Moreira "Memórias de um Roialista"

Os monárquicos regressaram à CML pela porta da frente

Fotos @ Nuno Albuquerque

No passado dia 11 de Novembro teve lugar, na Sala do Arquivo dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Lisboa, sob a égide da Real Associação de Lisboa, o lançamento do livro "Memórias de um Roialista" da autoria de Tomás Moreira, testemunho reflexivo tendo como base cerca de 40 anos dedicados ao serviço da Causa Real.

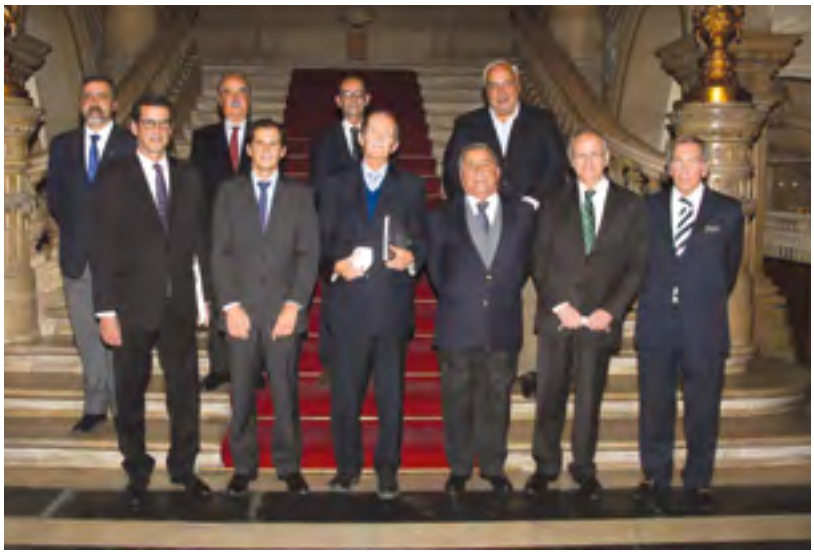
Em sessão presidida por João Távora, Presidente da Real Associação de Lisboa, a obra foi apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira.

Três sugestivos momentos das várias intervenções como que condensaram o espírito da reunião: o Presidente da Real Associação de Lisboa expressou a gratidão sentida pelos monárquicos com o honroso acolhimento nos Paços do Concelho, sendo que desta vez lhes foram franqueadas as portas da frente, quando da última se ficaram pela varanda. Já Rui Moreira, explanando sobre as razões da sua adesão à tradição monárquica, recordou o episódio ocorrido em 2012 aquando da decisão tomada com o seu amigo Manuel Sampaio Pimentel, também ele monárquico, de concorrer à Câmara Municipal do Porto, pediu autorização ao Senhor Dom Duarte para essa empresa, questão a que SAR prontamente respondeu "recomendando que a ganhasse".

O autor da obra "Memórias de um Roialista" encerrou a sessão explicando o sentido e alcance do neologismo "roialista", o qual pretende descrever o fenómeno (e a necessidade de sobre ele construir projecto político), da existência dum significativo reconhecimento público da importância da Casa Real portuguesa independentemente da questão do regime vigente.

De entre o público numeroso, destacou-se, para além da presença do prefaciador da obra, Augusto Ferreira do Amaral, a expressiva representação da Juventude Monárquica. Várias personalidades da vida pública portuguesa associaram-se à ocasião (ex-governantes como Luís Mira Amaral, por exemplo).

Quis acompanhar o evento o Chefe da Casa Real Portuguesa, Dom Duarte de Bragança, que foi recebido nos Paços do Concelho pelo Secretário-Geral da Câmara Municipal de Lisboa, Alberto Laplaine Guimarães.



REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

Um debate autárquico marcante

No passado dia 8 de outubro, pelas 18h30, a Real Associação de Lisboa promoveu um debate no âmbito das próximas Eleições Autárquicas.

Associação cívica monárquica suprapartidária de radicação lisboeta, não podia a Real desinteressar-se de uma reflexão em profundidade sobre o espaço concelhio em que se acha sedeada. Daí a temática escolhida para o debate: A gentrificacão e a sustentabilidade das cidades antigas. Daí, também, a sua realização num ambiente universitário (Auditório da Universidade Europeia, na Quinta do Bom Nome, em Carnide).

Participaram no evento os seguintes candidatos à vereação da Câmara Municipal de Lisboa: Ana Jara, pela CDU (PCP e PEV); Bruno Horta Soares, pela Iniciativa Liberal; Filipa Roseta, pela coligação Novos Tempos Lisboa (Aliança, CDS-PP, MPT, PPM, PSD); Maria João Rodrigues, pela coligação Mais Lisboa (PS e Livre); Pedro Cassiano Neves, pelo Chega. O debate foi apresentado e moderado pelo Presidente da Real Associação de Lisboa (João de Lancastre e Távora), que pôde salientar a íntima conexão entre municipalismo e monarquismo.

Contra o pano de fundo da temática seleccionada, os intervenientes puderam, sempre de modo elevado, no conteúdo e na forma, abordar importantes problemáticas da actualidade lisboeta: como trazer as pessoas de volta ao(s) centro(s) urbano(s), a defesa do património (material e imaterial), a salvaguarda dos bairros históricos, a sustentabilidade do(s) modo(s) de vida e das ecologias citadinas, a conciliação entre economia e inovação, por um lado, respeito pela memória e pela(s) identidade(s), por outro, etc…

Esteve presente o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, herdeiro e representante dos Reis de Portugal, activamente interessado, a exemplo dos seus maiores, nos destinos da Cidade Capital.

O debate pode ainda ser ainda visto ou revisto através da seguinte ligação:

https://fb.watch/7WcqVvon-2/

Visita à Exposição "D. Maria II – de Princesa Brasileira a Rainha de Portugal"

Após um interregno de quase um ano e meio, no passado dia 25 de Setembro a Real Associação de Lisboa retomou a sua rubrica Roteiros Reais. Tal aconteceu com uma concorrida visita dos seus associados à exposição no

Palácio da Ajuda "D. Maria II – de Princesa Brasileira a Rainha de Portugal" aquela que foi afinal a última mulher Chefe de Estado portuguesa. A visita foi guiada pelo Comissário da exposição, o Professor José Miguel Sardica.

"Memórias dum Roialista"

À venda em:
www.reallisboa.pt ou pelo telefone 213 428 115

Actividades da Real associação do Porto

A Real Associação do Porto, pese embora as ainda existentes restrições e cuidados a ter em eventos decorrentes da pandemia que nos assolou, tem vindo a cumprir a programação de actividades que divulgou em Março passado quando a actual Direcção tomou posse.

Neste contexto realizou-se em Junho passado, a primeira **TERTÚLIA DA MONARQUIA DO NORTE** que se organizou em articulação com as Reais Associações de Braga, de Trás-os-Montes e Alto Douro e de Viana do Castelo.

O tema **MONARQUIA EM PORTUGAL: PREPARAR O DIA SEGUINTE** foi animado por Tomás Moreira actual Presidente do Conselho Superior da Causa Real, e fundador e primeiro Presidente da Direcção da Real Associação do Porto.

A Tertúlia que abordou temas como qual o papel que deverá reservar-se para o Chefe de Estado Real e que estruturas o deverão rodear, e que relação deverá haver entre poderes e qual será a lei-base do sistema, motivou interessante discussão entre o Orador e a Assistência.

A transição democrática foi tida como a forma de mudar deste sistema republicano para o sistema Monárquico que ansiamos, em que o instrumento consequente da ruptura se corporizará na revisão da actual Constituição, baseada num simples e prévio conjunto de princípios. A necessidade de retornar ao nome Portugal em detrimento da República Portuguesa também não deixou marca para dúvidas.

Estiveram presentes no evento cerca de 40 pessoas, muitas das quais, depois, participaram num jantar que contou com a presença de Sua Alteza Real O Senhor Duque de Bragança, o que foi uma honra e um gosto para todos os participantes.

Já em Outubro retomaram-se as **CONVERSAS REAIS** que haviam sido encetadas há já algum tempo atrás, ainda antes das últimas eleições europeias e legislativas, períodos em que se realizaram dois debates com candidatos às mesmas.

Desta feita o tema foi **PORTUGAL E EUROPA**, e para o abordarem foram convidadas três personalidades de áreas científicas e da gestão institucional e empresarial, o Prof. Fernando Freire de Sousa, anterior Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Norte, o Prof. Miguel Mattos Chaves, docente e gestor de empresas, e o Prof. Sebastião Feyo de Azevedo, anterior Reitor da Universidade do Porto.

As abordagens dos Oradores centraram-se na utilização de Fundos Comunitários no passado, nas mudanças que fizeram e que não fizeram na estrutura social e económica do país, reflectindo-se sobre as cautelas que haverá que ter no quadro das subvenções que estão para vir no âmbito da "Bazuca". Será desta que este "novo ouro" que não vem das Américas, mas sim de Bruxelas, será bem aplicado, e será a alavanca para a mudança sustentável e de longo prazo? Foi uma questão que ficou no ar..., uma preocupação que foi registada e sublinhada.

Também o geo-posicionamento de Portugal na Europa e no Mundo foi abordado, tal se relacionando com as relações da Europa com a realidade mundial actual.

Acorreram a este evento cerca de 60 pessoas, que motivaram, no final das intervenções dos Convidados, uma discussão muito viva.

A Real Associação do Porto esteve presente nas **COMEMORAÇÕES DO DIA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL**, em Guimarães, a 5 de Outubro, onde se comemoraram os 878 anos da assinatura do Tratado de Zamora entre D. Afonso Henriques e seu primo D. Afonso VII de Castela, este um dos passos que levou à Fundação de Portugal.

Coube ao Presidente da Real Associação do Porto, incumbido para tal por Sua Alteza Real O Senhor Duque de Bragança, ler uma mensagem aos presentes e à Organização.

A Real Associação do Porto, participou em 23 de Outubro, em Vinhais, na Homenagem que foi organizada pela Real Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro ao Comandante Henrique Paiva Couceiro, em comemoração do 110º aniversário da 1ª Incursão Monárquica tendo em vista o restabelecimento da Monarquia após Outubro de 1910.

A programação de actividades da Real Associação do Porto até final do presente ano, assim as condições sanitárias o permitam, centrar-se-á ainda em visitas culturais a definir, bem como na organização do Jantar Anual que se realizará a 18 de Novembro e que conta com a presença de Suas Altezas Reais Os Senhores Duques de Bragança.

REAL ASSOCIAÇÃO DE BRAGA

No 15 de Outubro às 21h:30m, a Real Associação de Braga promoveu um concerto de comemoração dos seus 30 anos, no Auditório da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva em Braga. Respeitando as normas da Direção Geral de Saúde e do espaço onde decorreu o espetáculo, estiveram presentes várias dezenas de pessoas, associados e não associados da Real Associação, incluindo a Diretora da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, a Sr.ª Dr.ª Aida Alves, o Presidente da União de Freguesias Maximinos, Sé e Cividade, o Sr. Dr. Luís Pedroso, e o Presidente da Real Associação de Viana do Castelo, o Sr. Dr. José Aníbal Marinho Gomes.

O evento principiou com a intervenção do Presidente da Direção da Real Associação de Braga, Gonçalo Pimenta de Castro, sobre o papel desta Real Associação no Distrito de Braga, na defesa do ideal monárquico e da Família Real Portuguesa. Seguiu-se a componente musical, com o duo de violino, Paulo Arruda, e piano, José Magalhães, elementos da Orquestra Príncipe da Beira – OPB. As primeiras peças musicais foram de James Michael Stevens, apresentadas na seguinte ordem: Swan Beneath the Moonlight; Jasmine Dreams; Summer Serenade; Black Swan of the Black Lake; Elegy in E Minor; e, *Gentle Romance*.

Terminada a primeira parte, realizou-se um pequeno intervalo para descanso dos músicos, com atuação de Andreia Peixoto, com viola de arco. A segunda e última parte do concerto, seguiu novamente com o duo da OPB, apresentando temas de Astor Piazzola - Sin Rumbo e de J. Massenet: *The Hais*.

Homenagem a Paiva Couceiro

No 110º Aniversário da I Incursão Monárquica

REAL ASSOCIAÇÃO DE TRÁS-OS-MONTES

A Real Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro realizou uma sessão de homenagem ao Comandante Henrique de Paiva Couceiro, a qual teve lugar no Centro Cultural Solar dos Condes de Vinhais. A iniciativa contou com o inestimável apoio da Câmara Municipal de Vinhais.

SAR o Senhor Dom Afonso, Príncipe da Beira, presidiu à Jornada, relevando a oportunidade do evento em terras Transmontanas, cabendo à presidente da Real Associação, Sra. D. Rosa Morais Sarmento, proferir as palavras de abertura e a moderação da sessão. O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vinhais, Dr. Luís Fernandes, dirigiu aos presentes os votos de boas-vindas.

Nesta homenagem, destacamos a presença da presidente da Causa Real, Sr.ª D. Teresa Côrte Real, bem como dos Srs. Presidente e Vice-Presidente da Real Associação do Porto.

Assistiu ao evento a Sr.ª D. Isabel Teixeira Duarte Rougier, bisneta de Paiva Couceiro, que ao longo dos meses de preparação do evento nos facultou valiosos documentos referentes ao seu bisavô.

O Professor Doutor Pedro Vilas Boas Tavares deu início aos trabalhos, proferindo uma palestra evocativa de Paiva Couceiro e da atualidade do seu exemplo moral, na qual salientou o seu carácter inabalável, associando pensamento e acção na defesa das suas convicções. Ao longo da sua brilhante comunicação recorreu a autores de referência como Teixeira de Pascoaes, dissertando em particular sobre a Arte de Ser Português, onde o poeta de Amarante analisa a "boa e sã doutrina", além de outras grandes personagens da cultura nacional como Oliveira Martins, Ramalho Ortigão e Vasco Pulido Valente, pensadores diferentes, mas unidos no seu patriotismo, tendo como objectivo o superior interesse nacional.

No segundo Painel, a Sr.ª D. Isabel Rougier apresentou em diapositivo interessantes registos fotográficos, acompanhados de testemunhos de familiares, de amigos e de companheiros de armas, que mais próximos estiveram de Paiva Couceiro.

Foi também apresentada uma comunicação gravada por Nuno Paiva Couceiro, igualmente descendente do Paladino, que desde o Brasil saudou os presentes e a RATMAD pela homenagem, lembrando o imenso exemplo de vida que recebeu de seu Avô.

João Azenha da Rocha terminou o segundo painel com uma dissertação sobre as Guerrilhas de Basto na II Incursão Monárquica, documentando as violências persecutórias e antidemocráticas que se seguiram a Outubro de 1910, focando-se particularmente na questão religiosa.

Finalizando a sessão, a Sra. D. Rosa Morais Sarmento convidou o Dr. Roberto Afonso a apresentar a obra Vinhais no 1.º Aniversário da República: Primeira Incursão Monárquica (1911), a qual, a par de outros estudos já publicados pelo autor, constitui um importante contributo para a História da vila Transmontana.

Seguidamente, os participantes assistiram à Eucaristia na igreja do Seminário de Nossa Senhora da Encarnação, presidida pelo Padre Luís Morais.

A homenagem ao Comandante Paiva Couceiro foi complementada por uma exposição documental e fotográfica

concebida e executada pelo Dr. Francisco Marques, muito enriquecida pela histórica bandeira monárquica que terá sido hasteada por Paiva Couceiro nos Paços do Município em Vinhais, em Outubro de 1911, cedida por uma família local que a conservou até ao presente.

Pelo seu profissionalismo e apoio constante, dirigimos um especial agradecimento à Sr.ª D. Maria José Gomes, directora do Centro Cultural Solar dos Condes de Vinhais, em cujo foyer superior esta exposição ficará patente, até dia 30 de Novembro.

REAL ASSOCIAÇÃO DE VISEU

No dia 10 de Julho de 2021, realizou-se mais uma Viagem ao País Real organizada pela Real Associação de Viseu (XII VIAGEM AO PAÍS REAL), em estreita cooperação com a Câmara Municipal de Tarouca e seus representantes.

Os participantes puderam visitar o Mosteiro de São João de Tarouca, o Paço de Dalvares, a torre de Ucanha, o Mosteiro de Salzedas, entre outros locais carregados de significado histórico-simbólico.

Abertas não apenas a associados ou exclusivas a monárquicos, estas iniciativas da Real de Viseu procuram dar a conhecer o País, através da sua História, do seu Património e do seu Povo, bem como interagir com as populações e proporcionar a reflexão sobre o Ideal Monárquico.

Em parceria com a Real Associação de Viseu, decorreu o programa de Comemorações do 630.º Aniversário do Rei D. Duarte, as quais tiveram lugar no Museu Nacional Grão Vasco (Viseu), de 29 a 31 de Outubro de 2021, incluindo, designadamente, sessão de apresentação (30.10, 17h30) de reedição do "Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sela", a cargo dos historiadores José Pacheco Pereira e João Ferreira da Fonseca, cerimónia artisticamente enquadrada pelo Grupo Coral Estêvão Lopes Morago. No dia 31 de Outubro, pelas 11 horas, houve Missa Evocativa. Na subsequente deposição de coroa de flores junto à estátua de O Elequente, tomaram parte Álvaro Meneses, presidente da Real Associação de Viseu, e Diamantino Amaral dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de Viseu.

REAL ASSOCIAÇÃO DE VIANA DO CASTELO

A Real Associação de Viana do Castelo vem dando continuidade às "Reais Conversas com…", encontros informais, decorrendo em todo o Alto Minho, sobre temas relacionados com a História e as histórias locais bem como assuntos da actualidade.

Nesse âmbito, para o dia 20 de novembro, às 16h30, na Casa da Cultura em Melgaço, foi agendada uma "tertúlia", organizada em colaboração com CEVAL – Alto Minho e o apoio do Município de Melgaço, tendo como tema "Alvarinho, um vinho de Reis".

No dia 23 de outubro pelas 17horas, coube ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Real Associação de Viana do Castelo (Francisco de Calheiros e Menezes) apresentar o livro " O Primeiro Amor de D. Carlos" de Maria João Fialho Gouveia, em sessão que teve lugar na FNAC de Cascais.

Regularização de Quotas:

Apelo!

Sabia que
toda a nossa actividade é financiada pelas quotizações dos sócios?

Cumpra a sua parte,
ajude-nos a servir Portugal!

Contacte-nos: 213 428 115 Email: secretariado@reallisboa.pt

Um 5 de Outubro alternativo

No passado dia 5 de Outubro, comemoraram os monárquicos portugueses não uma qualquer data de divisão nacional, mas um dia marcante na construção de um Portugal Independente (5 de outubro de 1143, assinatura do Tratado de Zamora).

Associando-se a outras forças de índole patriótica (Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Liga dos Combatentes, Movimento Independência de Portugal), participaram em cerimónias evocativas em Guimarães (Paço dos Duques de Bragança) e em Lisboa (Castelo de São Jorge), as quais envolveram, num elaborado simbolismo, a colocação de coroa de flores na(s) Estátua(s) do Rei Fundador, bem como momentos de homenagem aos caídos em defesa da Pátria e, muito em especial, a Marcelino da Mata. Foram proferidos vários discursos de exaltação patriótica, numa perspetiva "futurante". O herdeiro e representante dos Reis de Portugal, embora ausente do País, não deixou, porém, de se fazer presente em espírito, tendo sido lida uma mensagem de S.A.R. o Duque de Bragança, nas duas cidades (em Guimarães, pelo Sr. Presidente da Real Associação do Porto, Arq. Paulo Valença; em Lisboa, pela Sr.ª Presidente da direção Causa Real, Dr.ª Teresa Corte Real). Em Lisboa, o Hino Nacional – uma criação essencialmente patriótica e mesmo monárquica – foi tocado pela Banda da Força aérea. Destacou-se a vibrante manifestação azul e branca da Juventude Monárquica Portuguesa, a qual compareceu em massa.

No centro do País, a Real Associação de Coimbra promoveu a celebração, na Igreja do Mosteiro de Santa Cruz, de missa em sufrágio pelo Pai da Pátria e seus Descendentes. A cerimónia, bastante participada, bem como a pública defesa da edificação de um monumento a El-Rei D. Afonso Henriques, ecoaram especialmente na imprensa local e na nacional.

ESTES E OUTROS PRODUTOS À SUA ESPERA EM WWW.REALLISBOA.PT OU PELO TELEFONE 213 428 115

Natal 2020
ofereça as nossas cores

Bandeira Azul e Branca

Conjunto 3 Gravatas Armas Reais 100% Seda

Conjunto botões blazer Armas Reais Portuguesas

Memórias dum Roialista de Tomás Moreira

Isqueiro com Armas Reais

Prémio Gonçalo Ribeiro Telles para o Ambiente e Paisagem 2021

A II. ª edição do Prémio Gonçalo Ribeiro Telles para o Ambiente e Paisagem decorreu no dia 11 de Novembro na Universidade de Évora.

Esta iniciativa da Causa Real em conjunto com a família Ribeiro Telles e em parceria com a Universidade de Lisboa, a Universidade de Évora, a Ordem dos Engenheiros e a Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas, teve este ano um simbolismo reforçado por ser entregue na data do primeiro aniversário do falecimento do Arquitecto. Para além disso, foi também anunciada a internacionalização do Prémio.

A Senhora Dona Isabel, Duquesa de Bragança, compareceu na cerimónia, o que em muito reforçou a sua dignidade e fez destacar ainda mais o reconhecimento do lutador pelo ideal monárquico que Gonçalo Ribeiro Telles foi. Presentes estiveram ainda várias autoridades políticas, académicas e representantes da sociedade civil que assim quiseram homenagear uma personalidade transversal e maior da História contemporânea portuguesa.

Os vencedores deste ano foram a Arquitecta Paisagista Aurora Carapinha e o Advogado José Sá Fernandes.

Aurora Carapinha tem assumido um papel relevante no ensino do corpo próprio da arquitetura paisagista em Portugal, garantindo a continuação da escola de conhecimento criada por Gonçalo Ribeiro Telles na Universidade de Évora e a aprendizagem das orientações e princípios estratégicos por ele preconizados em múltiplos domínios da profissão, bem como tem exibido um notável empenho cívico ao longo do seu percurso profissional.

José Sá Fernandes tem demonstrado uma cidadania empenhada na defesa de valores ambientais, sendo responsável pelo impulso efectivo dado à concretização de um conjunto de estruturas de salvaguarda ecológica na cidade de Lisboa, cidade pela qual Gonçalo Ribeiro Telles pugnou, como visionário que era, almejando o desenvolvimento de interfaces ambientais que respondessem, de forma integrada e compreensiva, a pressões disfuncionais.

Como referiu no seu discurso Teresa Côrte-Real, Presidente da Causa Real, «a autenticidade e a dedicação à causa pública de Gonçalo Ribeiro Telles, numa visão humanista em que o Ser está em vez do Estar, devem ser para nós todos, e numa época tão decisiva como esta, fonte de reflexão e de ensinamento. Dizia que a melhor forma de aprender era dando o exemplo, que as grandes lições eram dadas pela obra, pela postura e pelas acções. E quando lhe perguntaram se se tinha dado bem com o poder respondeu: "Dei, dei. Porque achei que estava lá para servir qualquer coisa. Ainda bem que lá estive".».

A cerimónia contou também com as intervenções do Senhor Presidente da República (em vídeo), da Reitora da Universidade de Évora, Prof. Doutora Ana Costa Freitas, do Presidente do Instituto Superior de Agronomia, Prof. Doutor António Guerreiro de Brito, do Arquitecto Paisagista e Presidente da respectiva associação, João Ceregeiro. Luísa Schmidt, socióloga e investigadora das áreas da comunicação e do ambiente, terminou a sessão, reforçando a importância da envolvência cívica e do exemplo dado por Ribeiro Telles na transformação da comunidade e no pensar o Bem Comum.

Visita Oficial de SAR o Duque de Bragança à Alemanha

A convite de várias entidades públicas e numa organização da "Iniciativa Lisboa-Düsseldorf", Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, visitou oficialmente a Alemanha, entre os dias 22 e 26 de Julho, do presente ano.

Alicerçando os laços históricos e lançando bases de novos projectos

Em Düsseldorf, o Chefe da Casa Real Portuguesa foi recebido no Parlamento do Estado da Renânia do Norte, pela sua Presidente, Dr.ª Carine Godecke, altura em que teve a oportunidade de visitar, em pormenor, as modelares e modernas instalações daquele órgão legislativo e reunir com vários Deputados, Políticos, Industriais e Académicos daquele Estado com grande importância estratégica e em franco desenvolvimento industrial. No edifício sede do Parlamento da Renânia do Norte, Sua Alteza Real teve a oportunidade de assinar o Livro de Honra daquela máxima instituição política estatal, subscrevendo ainda o Livro de Condolências pelos falecidos na catástrofe natural que dias antes assolara aquela região e Estado Federal da Alemanha – O Povo Português acompanha-vos neste drama! Dom Duarte de Bragança –, e foi presenteado com um quadro original com uma feliz composição dos mais emblemáticos monumentos da cidade. De salientar que, no seu discurso de Boas Vindas, foi referido pela Presidente Dr.ª Carine Godecke que o Duque de Bragança era o primeiro representante oficial estrangeiro, a ser convidado e recebido depois da pandemia naquele local e isso era bem o reflexo do muito carinho que naquele Estado da Renânia do Norte "se sente por Portugal, pelos Portugueses e pela Casa Real de Bragança".

Terminada esta visita, a Presidente do Parlamento fez questão de acompanhar pessoalmente o Duque de Bragança, numa visita protocolar ao Goethe Museum, onde foram recebidos pelo respectivo director, Dr. Christof Wingertszahn. O Museu – Galeria, Arquivo e Biblioteca – Goethe está hoje instalado no Palácio Jagerhof, em que nasceu a nossa Rainha Dona Estefânia, mulher de SM o Rei Dom Pedro V. Foi ali que, junto ao monumento evocativo da Rainha Dona Estefânia, Princesa de Hohenzollern-Sigmaringen, puderam ser evocadas as relações históricas, existentes entre a Casa Real de Hohenzollern-Sigmaringen e a Casa Real de Portugal e as cidades de Düsseldorf e de Lisboa. Ao terminar o acto, SAR colocou uma coroa de flores em Homenagem àquela Rainha que tanto amou Portugal e os mais desfavorecidos.

Ao fim da manhã, Sua Alteza Real foi convidado a visitar o Stadtsparkasse Düsseldorf, instituição bancária pública, organização muito semelhante à nossa Caixa de Crédito Agrícola, tendo sido acolhido pelos membros do Conselho de Administração e pela Presidente daquele banco Dr.ª Karin-Brigitte Goebel. Durante o almoço de trabalho, usaram da palavra a presidente da Instituição, que louvou os méritos do Duque de Bragança, pelo seu envolvimento e defesa do movimento do crédito mútuo, cooperativo e agrícola, e, ainda, o Professor Arquitecto Edmund Spohr, grande amigo de Portugal, que explicou as origens históricas e

arquitetónicas de Düsseldorf.

No segundo dia da jornada alemã, Sua Alteza Real foi recebido na Câmara Municipal de Düsseldorf, pelo seu Presidente Dr. Stephan Keller e demais Vereadores, onde recebeu os cumprimentos protocolares, teve a oportunidade de manter contactos oficiais, reuniu com altos responsáveis da área social, cultural e económica da cidade e lhe foi dado a conhecer o programa e actividades da "Iniciativa Lisboa-Düsseldorf" que reúne mecenas e agentes culturais de ambas as cidades, pelo Dr. Carlos Quintas. No final da visita às antigas instalações da Câmara Municipal, no chamado centro histórico, o Presidente da Câmara distingui o Chefe da Casa Real de Portugal, com a Medalha de Ouro de Düsseldorf, convidando-o a visitar de novo a cidade... mas desta vez acompanhado de toda a Família Real.

De tarde, após um almoço de trabalho, oferecido por empresários alemães, interessados em conhecer as oportunidades de negócio que lhes possam ser oferecidas por empresários portugueses, Sua Alteza Real visitou demoradamente o StadMuseum, tendo sido acompanhado, em visita guiada, pela sua Directora, a Dr.ª Susanne Anna. No termo da visita, o Senhor Duque de Bragança foi convidado a assinar o Livro de Honra daquele Museu estatal.

No final do dia, na Basílica Católica de São Lambertus, junto à relíquia de São Apolinário, o Chefe da Casa Real de Portugal foi o Convidado de Honra de uma missa evocativa da Rainha Dona Estefânia, celebrada pelo Decano da Cidade, Cónego Frank Heidkamp. A solene concelebração teve o privilégio de ser acompanhada pelo organista Alexander Nieheus e pela soprano Alexandra von der Weth. Uma recordação inolvidável e muito espiritual da pequena comunidade católica da Cidade de Düsseldorf.

O Jantar-Tertúlia, com a comunidade portuguesa e os muitos Membros da "Iniciativa Lisboa-Düsseldorf", teve lugar de forma informal e descontraída, na mais antiga cave de vinhos de Düsseldorf, hoje totalmente dedicada à dignificação, divulgação e comercialização dos Vinhos Portugueses na Alemanha... uma ideia e um projecto já com vinte e cinco anos de existência e persistência, desígnio original do Dr. Carlos Quintas.

Depois foi tempo de se viajar até ao Estado do Meklemburg, onde, na cidade de Schwerin, Sua Alteza Real foi formalmente recebido pelo Professor Doutor

Vahé Barsegian, conhecido Académico e grande Amigo de Portugal, membro da "Iniciativa Lisboa-Düsseldorf" que o obsequiou com uma recepção pública, à qual compareceram autoridades civis, militares e eclesiásticas da cidade e em que marcaram presença, honrando o Duque de Bragança, os Duques de Meklemburg e os Barões Kat e Alexander von Stenglin.

Em fim de viagem, o Duque de Bragança teve a oportunidade de visitar o Palácio de Ludwiglust e o seu Parque Natural, residência de verão dos Duques de Meklemburg.

Através do mecanismo de relações internacionais e bilaterais, incrementado pelo projecto privado "Iniciativa Lisboa-Düsseldorf", está já prevista uma viagem de Sua Alteza Real o Senhor Dom Afonso, Príncipe da Beira, e a dinamização de acções de mecenato em Portugal, sob a égide da Fundação Dom Manuel II, a vários projectos das Reais Associações, mormente, a de Lisboa.

Vítor Escudero

(da Academia Nacional de Belas Artes e da "Iniciativa Lisboa-Düsseldorf")

Ordem de S. Miguel da Ala no Jubileu dos 850 anos da sua fundação

Foram Grão-Mestres natos desta Ordem todos os Reis de Portugal até D. Miguel I e, depois dele, todos os Chefes da Casa Real portuguesa até à actualidade.

No fim-de-semana de 25 e 26 de Setembro, S.A.R. o Senhor Dom Duarte presidiu às celebrações da Real Ordem de São Miguel da Ala, a qual este ano comemora o Jubileu dos 850 anos da sua fundação, e que tiveram lugar em Santiago de Compostela. A Missa Solene na Catedral foi celebrada por S.E.R. o Arcebispo de Santiago, D. Julián Barrio Barrio.

Fundada por D. Afonso Henriques após a tomada de Santarém aos Mouros, a Ordem portuguesa mais antiga foi reconhecida oficialmente por Bula do Papa Alexandre III e criada com Cavaleiros da Ordem de S. Tiago de Espada espanhóis que auxiliaram o primeiro Rei de Portugal aquando da tomada de Santarém aos Mouros em 1147. Os referidos Cavaleiros, juntamente com a Ordem de Cister, invocaram S. Miguel Arcanjo durante esse conflito, tendo visto nos céus, de dia e de noite, aquilo que afirmavam ser a asa flamejante do Príncipe das milícias celestes. Um estudo levado a cabo em 1997 por Carlos Evaristo, pesquisador da Fundação Oureana, veio a confirmar que nesse mesmo ano foi visto nos céus, desde Março até Maio, o cometa Halley, que já aquando da batalha de Hastings havia sido avistado e ligado à figura de São Miguel. A Ordem que passou a ter dois ramos de obediência era uma das várias Ordens menores do Reino sob a chefia do Abade de Cister de Alcobaça, e mais tarde de Santa Maria Osera, na Galiza. Desde então, as insígnias da Ordem ostentam a espada de São Tiago, com um sol de raios e uma asa vermelha ao centro, representando o cometa, e duas flores-de-lis na lâmina, representando as duas obediências cistercienses. A Ordem de São Miguel da Ala fundiu-se com o culto do anjo-custódio de são Miguel no tempo de El Rei D. João I, o qual obrigou os Padres Dominicanos no Mosteiro da Batalha a celebrarem diariamente o ofício do Anjo Custódio de Portugal, que já antes a Rainha Santa Isabel e seu pai, o Rei de Aragão, invocavam como Anjo da paz durante a consagração dos seus Cavaleiros. El-Rei D. Manuel I, para exaltar o culto do Anjo-custódio S. Miguel, conseguiu obter do Papa uma festa anual ao Anjo-custódio, só era superada em pompa pela festa do Santíssimo Sacramento. A Ordem teve um papel importante durante as batalhas, protegendo a pessoa do Rei durante os conflitos e assistindo, com donativos, as viúvas e órfãos dos Cavaleiros mortos em combate.

Depois da partida da Família Real para Brasil, no princípio do século XIX, a Ordem suspendeu as suas actividades. Foi posteriormente reactivada, já como

Ordem dinástica, por El-Rei D. Miguel I no exílio. A partir do Vaticano, a Ordem conheceu nova actividade, que incluía apoio secreto aos seus Cavaleiros em Portugal.

Foram Grão-Mestres natos desta Ordem todos os Reis de Portugal até D. Miguel I e, depois dele, todos os Chefes da Casa Real portuguesa até à actualidade.

Na década de 1980, foi criada por alguns Cavaleiros, condecorados por S.A.R. Dom Duarte Pio de Bragança, uma Associação civil denominada Real Ordem de São Miguel d´Ala. Mas ao fim de uma década de actividade, decidiu o Chefe da Casa Real portuguesa voltar a submeter as Ordens dinásticas à jurisdição canónica da Santa Madre Igreja, criando assim a Real Irmandade da Ordem de S. Miguel da Ala, que é hoje o único complemento social activo para os Cavaleiros Irmãos professos e honorários desta Ordem.

É de lamentar que alguns antigos membros da Associação civil, alguns dos quais até haviam pedido demissão ainda na década de oitenta, tenham na década de noventa reactivado, sem legitimidade, a extinta Associação, registando abusivamente como marca os antigos símbolos da Ordem, que, por terem mais de 800 anos, não podiam ser registados. Seguidamente, introduziram toda uma série de procedimentos jurídicos contra o Chefe da Casa Real Portuguesa e contra a Real Irmandade por uso abusivo dos símbolos. No entanto, após 15 anos de batalha jurídica, ficou comprovado em sede de Justiça que, desde a sua erecção canónica, somente as Dioceses da Igreja Católica, com as Reais Irmandades da mesma soberana invocação, beneficiaram inteiramente de todas as receitas e donativos provenientes da actividade da Ordem e das referidas Reais Irmandades.

Hoje as Reais Irmandades de oito Dioceses fazem parte de uma Federação internacional que inclui a Arquidiocese de Santiago de Compostela, a Arquidiocese Militar das Forças Armadas os Estados Unidos da América e a Diocese de São Tomé e Príncipe, a qual recebe apoio anual para as diversas obras de caridade a seu cargo, particularmente o Orfanato Casa dos Pequeninos, muito tendo saído prejudicada com as constantes despesas legais incorridas pelos processos jurídicos.

É reconhecida também de forma inquestionável por parte de Sua Santidade a chefia da Casa Real Portuguesa e a Grã-Mestria das três Ordens dinásticas portuguesas, a saber, a Real Ordem de São Miguel da Ala, a Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, e a Real Ordem da Rainha Santa Isabel.

É hoje Capelão geral da Real Ordem e das Reais Irmandades o Senhor Dom Manuel António Mendes dos Santos, Bispo de São Tomé e Príncipe. A Real Ordem conta com a participação de mais

alguns Bispos, entre os quais se destaca o Senhor Arcebispo de Évora, D. Francisco José Senra Coelho. E é Capelão-mor de cerca de uma centena de Capelães, o Reverendo Padre Carlo Cecchin. A 8 de Maio de 2021, Sua Santidade o Papa Francisco achou por bem conferir um ano Jubilar à Real Ordem de São Miguel da Ala e Suas Reais Irmandades através de dois Decretos Pontifícios, nos quais é reconhecida a continuidade da Ordem desde a sua Fundação até aos nossos dias como Ordem dinástica, militar e monástica. É reconhecida também de forma inquestionável por parte de Sua Santidade a chefia da Casa Real Portuguesa e a Grã-Mestria das três Ordens dinásticas portuguesas, a saber, a Real Ordem de São Miguel da Ala, a Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, e a Real Ordem da Rainha Santa Isabel. Estas três Ordens estão hoje canonicamente erectas como Associações de fiéis, fazendo universalmente parte da Igreja Católica. É um estatuto especial, de que só a antiga Ordem Teutónica hoje goza. A abertura do ano jubilar teve lugar no Mosteiro de Alcobaça no passado dia 8 de Maio e estendeu-se à Arquidiocese Militar de Washington, EUA, passando por Kiev, onde também existe uma Real Irmandade de São Miguel da Ala monástica e militar. A Festa de São Miguel este ano celebrou-se em Setembro, com uma peregrinação internacional a Fátima e a Santiago de Compostela. O evento juntou duas centenas de Damas e Cavaleiros, foi presidido por S.A.R. o Senhor Dom Duarte Pio de Bragança e teve por tema os 75 anos da coroação de Nossa Senhora de Fátima como Rainha do Mundo pelo Papa Pio XII, padrinho de baptismo de Sua Alteza Real, e o Jacobeu de 2021 de Santiago de Compostela. Participaram nas celebrações vários Cardeais, Bispos e patronos reais, entre os quais o Príncipe Alberto Thurn und Taxis, o Arquiduque Joseph Karl da Hungria, vários Príncipes alemães, brasileiros, franceses e italianos. As actividades do Ano Jubilar estendem-se por vontade da Santa Sé até 29 de Setembro de 2022 com actividades agendadas na Croácia, Rússia, Brasil, Hungria, Alemanha, França, Itália, Espanha, Ucrânia e EUA. Em Portugal, a Ordem organizará o Capítulo em Alcobaça, Santarém, Ourém, Fátima, entre outras. O encerramento do Ano Jubilar será em Santiago de Compostela em Setembro de 2022.

Casamento na Rússia

A convite da Grão-duquesa Maria da Rússia, a Família Real Portuguesa participou no casamento do Grão-Duque George Romanov, herdeiro da Casa Imperial Russa. O casamento aconteceu em São Petersburgo com a presença de várias Famílias Reais europeias e de numerosas personalidades da vida cultural e institucional russa. Foi o primeiro casamento imperial desde a revolução Bolchevique e o acontecimento foi visto pela população como um símbolo da ressurreição do País.

A Família Real aproveitou a ocasião para visitar vários monumentos e museus em são Petersburgo, cidade que tem beneficiado de uma renovação muito importante respeitando completamente a sua herança arquitectónica.

Nas visitas privadas, os Príncipes portugueses foram acompanhados pelo Rev. Pe. Leonid Kalinin, Secretário do Patriarca de Moscovo e de todas as Rússias

FOTOGRAFIAS: retiradas de © Mike Kireev/ REX

Visita de Suas Altezas Reais à exposição temporária "D. Maria II. De Princesa Brasileira a Rainha de Portugal (1819 – 1853)"

No passado dia 10 de Novembro, Suas Altezas Reais os Duques de Bragança, acompanhados pelo Príncipe Real e pela Sr.ª Infanta, visitaram a exposição temporária "D. Maria II. De Princesa Brasileira a Rainha de Portugal (1819 – 1853)", patente na Galeria de Pintura Rei D. Luís I do Palácio Nacional da Ajuda, num emotivo percurso contextualizado pelo Sr. Dr. José Alberto Ribeiro, Director do Monumento. Os símbolos físicos e os símbolos humanos da realeza portuguesa puderam reencontrar-se.

FICHA TÉCNICA

Título: **As Infantas Bragança e a sua Descendência.**
História das filhas de D. Miguel I
Autor: Dativo Salvia y Ocaña
Tradução: **Jorge Lima.**
Prefácio de Ricardo Mateos Sáinz de Medrano, nota introdutória de Dom Duarte, Duque de Bragança.
Editora: Minotauro
Páginas: 279 pp. ilustradas

A literatura biográfica monárquica é variada, incide sobremaneira sobre grandes figuras régias que marcaram o seu tempo e o futuro — e bem se compreende porquê —, mas também pode iluminar a vida e obra de outras que o vento da História nos seus países lançou no quase anonimato, e que, aceitando o status quo vigente, mantiveram intacto o compromisso que nelas e de modo tão intrínseco funde serviço e privilégio, sangue e nação. Há portanto algo de revigorante nesta breve colectânea de histórias de vida das filhas do rei D. Miguel I, que pela Europa fora encontraram sentidos e propósitos para o decurso das suas existências fora do Portugal que esperavam servir «dentro de portas». O prestígio dum povo e dum país não se joga apenas em casa, muito pelo contrário.

O historiador espanhol Dativo Salvia y Ocaña, de 34 anos, decidiu proporcionar-nos essa visão panorâmica sobre figuras femininas que parecia se terem diluído num fim de milénio particularmente atribulado no Ocidente europeu, mas cuja revisitação — sempre caso a caso — veio adornar de qualidades humanas ajustadas ou compatíveis com o exigente devir histórico. Felicite-se a editora Minotauro pelo seu empenho em propor ao público português este livro inesperado, a que SAR, Dom Duarte, Duque de Bragança, dedica duas breves páginas de apresentação em que o essencial nos é transmitido dum modo particularmente límpido e virado para diante.

«Fé, inteligência, força, espírito de sacrifício e energia», diz Salvia y Ocaña, são «virtudes» (p. 148) comuns às irmãs Bragança, no capítulo dedicado à infanta Maria Ana (1861-1942), grã-duquesa do Luxemburgo. Saudando a edição e elogiando o autor, Sáinz de Medrano também se refere a «estas infantas portuguesas, condenadas a matrimónios de pouco lustro, próprios das filhas de príncipes e reis sem fortuna, [que] trocaram as voltas ao destino e adquiriram para si fama de formosas e inteligentes, chegando a alcançar destinos notáveis», construídos sobre «uma clara noção da importância do sangue, como também a ideia de serviço inerente ao privilégio, e os valores da cristandade europeia» (prefácio, pp. 14, 15). O formalismo dos numerosos retratos fotográficos incluídos no livro, quer individuais quer familiares, não dá a verdadeira medida das suas personalidades e biografias. Em contrapartida, a notória incidência genealógica do autor permite-nos perceber quão exigente terá sido o percurso das infantas num contexto de forte pressão histórica, política e diplomática sobre casas reais europeias com laços de consanguinidade constantemente renovados e alianças continuamente reforçadas por visitas recíprocas e abundante troca epistolar (a cujo arquivo o historiador recorre, naturalmente).

Há algo de revigorante nesta breve colectânea de histórias de vida das filhas do rei D. Miguel I, que pela Europa fora encontraram sentidos e propósitos para o decurso das suas existências fora do Portugal que esperavam servir «dentro de portas».

Maria Teresa (1855-1944), robusta, enérgica, de cabelo escuro e olhos brilhantes, terá sido «a mais formosa das seis irmãs, a mais culta, cosmopolita, elegante e sofisticada» (p. 75), mas Maria das Neves (1852-1941), depois das campanhas militares e políticas em que tanto se envolveu, em Espanha, foi viajante — incógnita — em todos os continentes, «com interesses artísticos e intensa curiosidade humanística» (Castejón, cit. p. 64), que a levariam, por exemplo, ao Japão, ao Tibete e ao Chile, viagens das quais deixou relatos etnográficos, desenhos e

um herbário. A infanta Maria José (1857-1943) casou em 1874 com o duque da Baviera Karl Theodor, militar e depois oftalmologista dos pobres, que em 1902 organizou bibliotecas itinerantes com livros em Braille, a pedido do imperador. A sua devoção ao marido e aos hospitais que ele dirigiu tornou-se afamada. Aldegundes (1858-1946), que foi enfermeira diplomada como as irmãs, conheceu Mark Twain num evento de beneficiência em Viena no ano 1898, e é referida na Autobiografia do escritor como «o tipo de princesa que se imagina que deve adornar um conto de fadas para o tornar realidade». No entanto, pode dizer-se que, uma vez mais, a realidade excedeu a ficção — e nem sempre pela positiva —, pois a infanta, que teve «nove abortos espontâneos» (p. 132), enviuvou com apenas 43 anos, em 1905. Corajosa, visitou clandestinamente Portugal com o marido, o conde de Bardi e o irmão, Miguel, em 1880 — «Não é audácia, é o simples desejo de uma rapariga portuguesa», escreveu então —, participou directamente em levantamentos miguelistas em 1911-12 e em 1921, enquanto regente in absentia em nome de Dom Duarte Nuno, redigiu um manifesto restauracionista de inspiração integralista, baseado «na História de Portugal, no respeito das leis antigas e das velhas instituições» (cit. p. 136).

Felicite-se a editora Minotauro pelo seu empenho em propor ao público português este livro inesperado, a que SAR, Dom Duarte, Duque de Bragança, dedica duas breves páginas de apresentação em que o essencial nos é transmitido dum modo particularmente límpido e virado para diante.

Maria Antónia (1862-1959), duquesa de Parma pelo seu casamento, em 1884, com Roberto I, um dos príncipes mais ricos da Europa e pai de onze filhos dum primeiro casamento (seis dos quais «incapacitados»), somou a já tão extensa prole mais doze infantes, cujo precetor a descreveu, ainda assim, como «a mais bela e nobre manifestação imaginável em qualquer corte» (cit. p. 166). Faleceu com 96 anos, no castelo de Berg, no Luzemburgo. A filha Zita casou com o imperador austro-húngaro Karl, cujo exílio o conduziu à Ilha da Madeira, onde, em Abril de 1922, vivendo em condições muito precárias, sucumbiu a uma pneumonia, com apenas 35 anos.

O livro também dedica algumas páginas ao infante D. Miguel II (1853-1927), «educado como herdeiro, e com um pouco mais de liberdade do que as irmãs» (p. 189), e ao seu filho e herdeiro D. Duarte Nuno (1907-76) — num capítulo final, justamente intitulado «Sucessão».

Vasco Rosa

Morte e Ficção do Rei Dom Sebastião de André Belo, ed. Tinta da China

A fantástica história de Marco Tulio Catizone, o calabrês que apareceu em Veneza dizendo que era D. Sebastião, tornando-se o centro duma intriga política com repercussões em Veneza, Espanha e Portugal.

D. Manuel I 1469-1521. Venturas e desventuras de um Rei de Paulo Drumond Braga, ed. Correios de Portugal

Além da bela exposição no Museu Nacional de Arte Antiga, e respectivo catálogo, os 500 anos da morte do rei Venturoso são assinalados pela edição desta biografia escrita por um dos mais prolixos autores sobre a Monarquia Portuguesa e as suas figuras.

Memórias de Timor 1910-1912 de Jorge Figueiredo de Barros, ed. Alêtheia

Depoimento dum jovem oficial monárquico sobre a sua chegada ao Timor português, com a mudança do regime político agravada pela disputa do enclave aos holandeses e a revolta dos régulos em 1911. O livro foi apresentado em Lisboa por D. Carlos Ximenes Belo, Bispo Emérito de Díli.

BOHEMIA

JUNTA-TE à MESA

CEVADA DO ALENTEJO

Acreditamos na excelência dos nossos produtos e na enorme riqueza do nosso país.

É por isso, que a partir de agora produzimos a **BOHEMIA PILSENER com 100% cevada portuguesa, do Alentejo.**

CEREAIS DO ALENTEJO ANPOC

Junta-te a esta mesa portuguesa, com Bohemia.

SEJA RESPONSÁVEL. BEBA COM MODERAÇÃO.